

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

O legado de Francisco Sá Carneiro

Vinte e sete anos volvidos sobre o trágico desaparecimento de Francisco Sá Carneiro, nunca a sua mensagem foi tão actual. ...” O país precisa tanto de mudança como de moderação” dizia Sá Carneiro nos idos anos de 80. E como esta verdade é tão tocante (e evidente) nos tempos que correm...

Mas o que nos deve fazer reflectir esta efeméride é sobretudo o acervo singular de valores e princípios que presidiram sempre à sua acção política. Concretamente ...” a sua inalienável fidelidade aos valores da liberdade, da democracia e da justiça”. O seu humanismo personalista. A sua visão estratégica para o país. A sua indomável determinação em defender em todos os azimutes aquilo em que genuinamente acreditava. Em ditadura como em democracia.

Quantas vezes arrostando com incompreensões, deslealdades quando não mesmo traições. Mas sem nunca vacilar nem titubear nas suas convicções.

Francisco Sá Carneiro era um líder nato. Um homem de carácter. Uma lição de vida.

É este o seu legado perene e imutável.

Obrigado, Francisco Sá Carneiro!

Jorge Neto

Francisco Lumbrales de Sá Carneiro

19 de Julho de 1934 – 4 de Dezembro de 1980



«Sempre que se acende uma luz, cria-se uma sombra»

No aniversário da morte de Sá Carneiro

Francisco Sá Carneiro faleceu na noite de 4 de Dezembro de 1980, fez ontem 27 anos, em circunstâncias trágicas, quando o avião em que seguia se despenhou em Camarate, pouco depois da descolagem do aeroporto de Lisboa, quando se dirigia ao Porto para participar num comício de apoio ao candidato presidencial de coligação, o General António Soares Carneiro.

Até hoje, todas as tentativas para submeter a julgamento as circunstâncias do desastre, têm ficado atoladas num pântano mais que suspeito...

Juntamente com ele faleceu o Ministro da Defesa, o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa, bem como a sua companheira Snu Abecassis, para além de assessores, piloto e co-piloto.

Francisco Sá Carneiro era amado ou odiado. Mas mesmo os seus adversários o admiravam. A sua curta vida (1934-1980) foi marcada por uma vertigem de acção, que não se conformava com a tradicional lentidão dos hábitos políticos portugueses. “Era um voluntarista. Talvez tenha tido demasiada pressa. Mas, atendendo aos vagares actuais, o que na altura parecia um defeito hoje parece uma grande virtude”, observou um destacado político, seu opositor ideológico.

Vasco Pulido Valente, que também o conheceu bem, definiu Sá Carneiro como “um revolucionário incapaz de complacência, impaciente com os males do mundo”. Era essa raridade: um verdadeiro “herói do nosso tempo!”.

Na Assembleia Nacional do Estado Novo, foi a voz que fez abalar o regime. Nos meses subsequentes ao 25 de Abril, não hesitou em remar contra a maré revolucionária. Num Portugal polarizado entre a direita conservadora e o marxismo, teimou em edificar uma terceira via, moderada, reformista, liberalizante. A doutrina social da Igreja e os regimes escandinavos serviam-lhe de modelo. Mas foi sobretudo um homem de acção. E assim continua a ser lembrado.

Disse um dia: “Recuso-me a admitir que, ao contrário de outros povos, não possamos ser capazes de conciliar a liberdade com a ordem, o progresso com a segurança, o desenvolvimento com a justiça.” Era todo um programa de acção, a que se manteve fiel até ao fim da vida.

Ao conseguir ganhar as eleições e a maioria absoluta, com a AD, governou com a mesma rapidez e decisão que tinha na luta política, e desse tempo, há medidas importantes e decisivas, que perduram até hoje.



Mas o seu trabalho, não estava completo: faltava-lhe cumprir o sonho de “civilizar” o regime, suprimindo o Conselho da Revolução, fazer os militares regressar aos quartéis e pôr

fim às tentações peronistas de Belém, então possibilitadas pelo poder quase discricionário do Presidente da República. Sá Carneiro empenhou-se nestes combates com o ardor de

sempre. Maria João Avelaz, que o acompanhou na campanha presidencial de 1980, retém a imagem de um homem febril, em permanente corrida contra o tempo. Como se soubesse que o fim estava próximo.

Aconteceu a 4 de Dezembro de 1980! Morria o homem, nascia a lenda. Segundo o sociólogo Villaverde Cabral, talvez só Sidónio Pais - o efémero “presidente-rei”, assassinado em 1918 - se tenha aproximado do seu adquirido estatuto nacional post mortem. “Candidatos ao estrelato político não faltam. Mas para lá chegar é preciso ter um dom particular, que Sá Carneiro sem dúvida tinha.”

O constitucionalista Vieira de Andrade evoca uma frase que ele lhe disse nove dias antes de morrer **“Sempre que se acende uma luz, cria-se uma sombra.”** A frase podia servir de epitáfio a Francisco Sá Carneiro: ela traduz o destino de todos quantos deixam rasto.

Luis Filipe Menezes e o aniversário do desaparecimento

O Presidente do PSD esteve presente no Cemitério do Lumiar, onde repousam os restos mortais de Sá Carneiro e Snu Abecassis, e num momento de digno e solene recolhimento, ali colocou uma coroa de flores, em nome do Partido que ele fundou e nunca o esquece.

Mais tarde, às 12 e 15, participou, na Basílica da Estrela, na missa em memória do Fundador.

Às 19 e 30, num hotel de Lisboa, presidiu à cerimónia evocativa de Francisco Lumbrals de Sá Carneiro, morto há 27 anos, em Camarate.



Luís Filipe Menezes deslocou-se aos Açores, presidindo ao encerramento do XVII Congresso Regional do PSD/Açores

O Presidente do Partido Social Democrata Luís Filipe Menezes, participou no passado sábado, 1 de Dezembro de 2007, pelas 21h00, na sessão de encerramento do XVII Congresso Regional do PSD/Açores, que decorreu na Ilha de S. Miguel (Ponta Delgada, Hotel Royal Garden, Rua de Lisboa).

O líder do PSD esteve presente no Domingo, 2 de Dezembro, num jantar de Natal, na Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo (Casa do Povo da Ribeirinha, nos arredores de Angra do Heroísmo).

Também no Domingo, Luís Filipe Menezes, visitou a médica obstetra, e é sua amiga pessoal, a qual ficou ferida, recentemente no incidente com um helicóptero da Força Aérea, no aeródromo de São Jorge e está internada no Hospital de Angra do Heroísmo.

À chegada a São Miguel

O líder nacional do PSD defendeu que estão criadas condições para o partido voltar a ser poder nos Açores a partir de 2008, pondo fim a um “já longo ciclo de governação socialista” no Arquipélago.

“Estão criadas condições para o PSD preparar uma alternativa para as eleições regionais de 2008”, afirmou Luís Filipe Menezes aos jornalistas à chegada à Ilha de São Miguel, Açores, para participar no XVII Congresso Regional do partido.

A reunião magna dos sociais-democratas açorianos, que começou na sexta-feira passada, ocorre depois das directas que reelegeram Carlos Costa Neves como líder do partido com 67,2 por cento dos votos.

Para Luís Filipe Menezes, depois



da eleição directa do líder, que constitui uma legitimidade importante, a posição do PSD/Açores só pode ser vencer as regionais de 2008.

“É a vez do PSD/Açores ter outra oportunidade”, afirmou o líder nacional do partido, alegando que o PS conta já no Arquipélago com uma “longa governação... longa demais!”.

O PS/Açores formou governo pela primeira vez em 1996.

Segundo disse, o ciclo de governação social-democrata no Arquipélago marcou mais a autonomia dos Açores do que o ciclo de governação socialista.

Instando pelos jornalistas a pronunciar-se se Carlos Costa Neves é o candidato certo à presidência do Governo Regional, Luís Filipe Menezes disse apenas que cabe aos órgãos próprios do partido nos Açores tomarem esta decisão.

“A decisão que for tomada (pelos órgãos do PSD/Açores) será respeitada pelos órgãos

nacionais do partido”, frisou.

Declarações à margem do Congresso

O líder do PSD acusou, domingo à noite, o Governo socialista de “estar a fazer grande segredo quando deveria assentar na transparência para a escolha da nova administração da RTP”.

“Mandaria o bom senso que este assunto deveria ser conversado com todos os partidos com assento parlamentar a começar pelo maior partido da oposição, numa situação em que até o ministro [que tutela] a Comunicação Social é o dos Assuntos Parlamentares”, sublinhou.

Luís Filipe Menezes aproveitou a ocasião para dizer que “a RTP tem profissionais sérios e isentos, nos Açores e em Lisboa”, mas que “desconhece porque é que no sábado, tal como nas últimas quatro semanas, [o PSD] foi atirado para o minuto 47 do “Telejornal””.

“Talvez seja porque estamos a

incomodar e, por isso, constatamos o facto que passamos para a parte final dos telegjornais com o mesmo tempo de antena de partidos que têm um décimo dos nossos votos”, precisou o líder social-democrata.

Segundo Luís Filipe Menezes “o primeiro-ministro abre os telegjornais com direito a 10 minutos em cada noite”, sendo, nesta circunstância, necessário “denunciar e lutar contra a situação”.

O líder social-democrata alegou que “não há democracia representativa sem equilíbrio nos órgãos públicos de comunicação que são pagos pelos impostos de todos os portugueses”.

O voto do PSD deve ir para Costa Neves

Luís Filipe Menezes, que falava em Angra do Heroísmo num jantar de Natal com mais de meio milhar de militantes e simpatizantes do PSD, comprometeu-se “a lutar ao lado do PSD/Açores contra algo que começa a ser insuportável: os governos socialistas”.

“Vai ser difícil, não pelo facto de não termos pessoas capazes, que temos, mas porque há demasiadas pessoas condicionadas”, referiu.

Segundo Luís Filipe Menezes “são os agricultores que dependem dos subsídios, os pequenos empresários que dependem dos negócios e os dependentes do Rendimento de Inserção Social”.

Por esse motivo, acrescentou, “é preciso estarmos unidos ao lado de Carlos Costa Neves (presidente do PSD/Açores) para ganhar as eleições regionais do próximo ano o que significará que, a nível nacional, podemos conquistar o país em 2009”.

“Precisamos criar confiança nos eleitores porque não temos medo da forma opressiva como os socialistas governam”, sustentou.

Menezes apela ao “bom senso” no caso de médica ferida em evacuação

O líder nacional do PSD apelou domingo ao “bom senso” do governo regional, Força Aérea Portuguesa (FAP) e administração do hospital de Angra do Heroísmo para que “salvaguardem” o futuro pessoal e profissional da médica obstetra Helena Lima, que se encontra acamada depois de uma lesão grave na coluna na sequência do acidente com um helicóptero no aeródromo de São Jorge.

Comentando o facto de existirem



dificuldades para accionar o seguro durante o tempo em que não pode trabalhar, Luís Filipe Menezes pediu “bom senso para que estes exemplos salvaguardem situações futuras de que ninguém é injustamente prejudicado como ela está a ser”, dado que a médica terá de ficar acamada durante um ano.

“Penso que nesta circunstâncias o governo regional, a FAP e administração do hospital devem encontrar uma situação justa”, acrescentou.

O líder social-democrata afirmou que “é preciso que no futuro todas as circunstâncias estejam salvaguardadas para que todos possam trabalhar em segurança sem correr riscos quanto ao seu futuro” e lembrou que “é possível encontrar instrumentos que não prejudiquem a médica e a sua família”.

Sem preocupações com o futuro de Costa, na Câmara de Lisboa

O líder do PSD manifestou-se “despreocupado com os problemas do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa”, que ameaçou demitir-se se for recusada a contração de um empréstimo que os vereadores social-democratas prometem chumbar”.

“Os autarcas do PSD irão dizer o que pensam desse assunto porque são responsáveis, também não temos medo nenhum de eleições antecipadas em lugar nenhum do país e não recebemos ameaças de ninguém”, sublinhou.

Luís Filipe Menezes, que falava em Angra do Heroísmo onde se encontra para presidir a um jantar de militantes social-democratas, disse ainda que “chegou a altura do primeiro-ministro José Sócrates deixar de correr pela Índia e regressar ao país onde a intranquilidade pública se está a tornar numa bandeira negativa”.

Sócrates deve perceber que o seu Governo está muito mal!

Luís Filipe Menezes sustentou que “a nível internacional a nossa

intranquilidade pública, com homicídios seguidos no grande Porto, bombas em viaturas em Lisboa e apreensão de droga no Algarve estão a prejudicar o turismo e a captação de investimento estrangeiro”.

“É preciso que o primeiro-ministro tenha mão nesta situação e até no seu governo uma vez que o ministro do Ambiente afirmou que será ele a decidir onde é que é o futuro aeroporto de Lisboa”.

Luís Filipe Menezes sublinha que “chegou a altura de José Sócrates perceber que o Governo está muito mau, que o país está a descambar e que tudo o que está a acontecer precisa de um primeiro-ministro ao leme”.

O líder nacional dos social-democratas visitou no Hospital de Santo Espírito em Angra do Heroísmo, a médica obstetra Helena Lima, que se encontra acamada depois de uma lesão grave na coluna na sequência do acidente com um helicóptero ‘EH101 Merlin’ no aeródromo da ilha de São Jorge.

No dia 15 de Novembro “durante a operação de acomodação dos passageiros o aparelho efectuou um movimento brusco de subida e descida repentina”, de acordo com um comunicado da unidade hospitalar.

O mesmo comunicado adiantava que tinham “ficado feridos dois bombeiros, duas enfermeiras, uma do Centro de Saúde das Velas (São Jorge) e a médica obstetra, esta com alguma gravidade, que obrigou ao seu internamento para observações”.

A médica, de acordo com informações de fontes próximas do processo, terá de ficar acamada durante um ano.

Luís Filipe Menezes adiantou que “sendo amigo da médica” e estando de passagem pela Terceira “quis visitá-la para saber do seu estado de saúde e ouvir pessoalmente os factos sobre o acidente”.

Sobre o facto de existirem alegadas dificuldades para accionar o seguro durante o tempo em que não pode trabalhar, o líder social-democrata apelou “ao bom senso para que estes exemplos salvaguardem situações

futuras de que ninguém é injustamente prejudicado como ela está a ser”.

“Penso que nesta circunstâncias o Governo Regional, Força Aérea Portuguesa (FAP) e administração do Hospital devem encontrar uma situação justa”, acrescentou.

Segundo Luís Filipe Menezes “é preciso que no futuro todas as circunstâncias estejam salvaguardadas para que todos possam trabalhar em segurança sem correr riscos quanto ao seu futuro”, sublinhou.

Sustentou ainda, sem especificar, que “é possível encontrar instrumentos que não prejudiquem a médica e a sua família”.

Sobre a justificação da FAP em alegar “eventuais problemas no aparelho e não qualquer erro humano como causa do acidente”, Luís Filipe Menezes realçou “os inestimáveis serviços prestados na região” ao mesmo tempo que “não deve haver receio de apurar todas as razões do acidente”.

“Os acidentes em profissões de risco existem quase sempre, por isso, é necessário salvaguardar, quando acontecem, que não venham a existir

prejuízos para as pessoas que dão o melhor de si, do seu saber e esforço para salvar outras vidas”, finalizou.

No encerramento do Congresso

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, afirmou sábado à noite que o Governo de José Sócrates começou a “abrir brechas” na sua imagem perante o país, alegando o comportamento “contraditório” que demonstrou nas últimas semanas.

“Nestes escassos 30 dias que levamos de liderança do partido, começaram a abrir brechas claras naquilo que era uma imagem aparentemente inamovível do poder socialista”, disse Luís Filipe Menezes, no encerramento do XVII Congresso Regional do PSD/Açores.

Segundo disse, o Governo protagonizou, nos últimos dias, um “conjunto de factos” que, se fosse na altura da última governação social-democrata, o país estaria perante um “grave crise política”.

Apontou o caso de dois relatórios “demolidores” para o Governo de José Sócrates sobre o Serviço Regional de Saúde e as Estradas de Portugal.

Perante os militantes açorianos, Luís Filipe Menezes considerou, ainda, a greve geral de sexta-feira como





representativa do “corte emocional drástico” que se verifica entre os portugueses e a governação socialista.

“O primeiro-ministro tem de compreender que não existem tantos comunistas quanto as centenas de milhar que fizeram greve na passada sexta-feira”, afirmou o líder social-democrata.

Para Luís Filipe Menezes, “é bom que o primeiro-ministro volte depressa a casa”, uma vez que é necessário que se volte a “concentrar em Portugal”.

“O Governo socialista é forte com os fracos e fraco com os fortes”, disse o presidente do PSD, para quem o executivo “recura perante os grandes interesses”.

No final do Congresso Regional, Luís Filipe Menezes destacou, também, os casos de violência na área metropolitana do Porto, para salientar que o “Governo mostra-se completamente incapaz de assegurar a segurança do quotidiano dos cidadãos”.

“É altura do ministro da Administração Interna e do primeiro-ministro terem em consideração que a segurança de pessoas e bens é um factor determinante também da competitividade económica e da imagem exterior do país”, alegou.

Afirmou ainda que, na governação socialista, “vale tudo para cumprir as médias do governo”, que “não

consegue atingir à custa do crescimento económico, do desenvolvimento e da criação de riqueza e postos de trabalho”.

“Chegámos já ao ponto de ficar claro que valem todas as incongruências para se manter o poder”, criticou Luís Filipe Menezes, ao salientar a sua “perplexidade” sobre as declarações do ministro do Ambiente sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa.

“Foi com perplexidade que hoje ouvi, com ar cándido, o senhor ministro do Ambiente dizer que a hipótese de localização em Alcochete era uma excelente opção”, disse.

Sobre esta matéria, o líder do PSD considerou que os “portugueses têm memória” e que o ministro Mário Lino disse, recentemente, que “no deserto não se podiam construir aeroportos”.

Adiantou que não vai autorizar que o Governo socialista “continue a atirar à cara” da actual direcção do PSD responsabilidades pelo passado da governação recente social-democrata.

Depois de salientar que tem “orgulho” nestes governos do PSD, Luís Filipe Menezes lembrou que não fez parte destes governos liderados pelos social-democratas.

O Congresso Regional do PSD/Açores terminou sábado à noite em Ponta Delgada, depois da recente reeleição de Costa Neves como líder

do partido nas ilhas em “directas” regionais.

Menezes revelará em Dezembro a opção do PSD (se fosse Governo) para o aeroporto de Lisboa

O líder do PSD prometeu revelar em Dezembro qual a seria a opção do partido para o novo aeroporto de Lisboa se os sociais-democratas fossem Governo, depois de “analisar todas a propostas em situação de igualdade”.

“No mês de Dezembro, o PSD irá dizer qual a sua opção se fosse Governo”, afirmou o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas na sede do partido, no final de um encontro com a Confederação do Comércio.

Escusando-se a comentar o estudo da Associação Comercial do Porto divulgado terça-feira e que aponta como melhor opção para o novo aeroporto de Lisboa a continuação e rentabilização dos actuais investimentos em curso na Portela, a complementar com uma nova estrutura, o líder social-democrata disse que o PSD irá analisar “todas as propostas”.

Vamos analisar todas as propostas em situação de igualdade”, salientou, considerando que já “há condições para pegar em todos os estudos” e decidir,

“não demorando muito tempo”.

Na análise das propostas que o PSD fará, acrescentou ainda, as questões financeiras terão, contudo, “um peso muito significativo”, devido à restrições orçamentais que existem.

Questionado sobre quem serão os técnicos sociais-democratas que irão analisar os estudos, Luís Filipe Menezes escusou-se a responder, recordando apenas que num partido com nomes como Ferreira do Amaral, Valente de Oliveira, Oliveira Martins ou António Mexia, não haverá dificuldade em escolher.

“Mas, na próxima semana, haverá novidades”, acrescentou apenas.

O líder do PSD sublinhou ainda que a análise aos estudos já realizados acerca das soluções para o novo aeroporto de Lisboa terá de ter em linha de conta todos os parâmetros, para se chegar à opção “do ponto de vista financeiro mais razoável”, “mais defensável” para o turismo da Região de Lisboa e que tenha o “melhor enquadramento” em termos ambientais.

“Cabe agora analisar com sentido de responsabilidade e sustentabilidade as soluções técnicas apresentadas”, frisou, insistindo que, depois dessa análise, terá de existir “uma escolha política”.

– Fontes e fotos: Povo Livre, Gab. Imp. ALRA, Lusa

O PSD responsabiliza Governo por manutenção do desemprego nos 8,2 por cento

O PSD responsabilizou hoje o Governo pelo valor da taxa de desemprego, que originalmente foi noticiada como 8,5%, mas que o Eurostat veio corrigir (como erro inicial) para os 8,2 por cento em Outubro, considerando que só com “outra política” o número de desempregados poderá começar a descer.

“O número hoje divulgado é muito mau para o país, ao nível interno e social e ao nível internacional. Portugal um dos países da União Europeia com a taxa de desemprego mais elevada, a mais elevada da zona Euro”, afirmou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Hugo Velosa, em declarações à Lusa.

Segundo as estimativas iniciais do Departamento de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat) hoje divulgadas, a taxa de desemprego em Portugal teria subido de 8,3 para 8,5 por cento em Outubro, a terceira taxa mais elevada entre os 27 países da União Europeia.

Com a correcção agora feita, em relação ao mesmo período do ano passado, a taxa de desemprego em Portugal manteve-se, mas continua muito alta, excedida apenas pela da Polónia (8,8 por cento) e da Eslováquia (11,2 por cento).

Reagindo a estes números, Hugo Velosa responsabilizou o executivo socialista pelo aumento a taxa de desemprego, exigindo “outra política”.

“Estes números têm um culpado evidente, só são atingidos devido às políticas completamente erradas do Governo”, sublinhou, considerando que “só com outra política” a taxa de desemprego irá parar de aumentar e começar a descer.

Grupos de trabalho anunciados para as diversas áreas políticas

Após a reunião da semana passada da Comissão Política do PSD, foi anunciada publicamente a constituição de doze grupos de trabalho, para as diversas áreas políticas, sociais, económicas, financeiras, culturais e de cidadania (direitos liberdades e garantias). De certa forma, estes grupos de trabalho têm equivalências às actuais Comissões Parlamentares

Cada grupo de trabalho será liderado por um membro da Comissão Política e dele farão parte um coordenador do PSD para uma dessas áreas e mais três elementos técnicos especializados ou dirigentes do partido,



que podem não ser sempre os mesmos, mas variar de acordo com a temática abordada por cada grupo de trabalho.

Os grupos de trabalho não funcionam em regime de permanência, serão convocados de acordo com as necessidades e a conjuntura. Cada grupo elaborará um programa de trabalho para submeter à Comissão Política Nacional. Será este órgão a dar orientações claras sobre as prioridades a seguir por cada grupo de trabalho. “É uma tarefa para se ir fazendo nos próximos meses”, garantiu ao SEMANÁRIO um dirigente nacional do PSD.

O PSD não está surpreendido com a decisão do PR de enviar ao Tribunal Constitucional a lei dos “Vínculos, Carreiras e Remunerações”

O PSD disse hoje não estar surpreendido com a decisão do Presidente da República de enviar ao Tribunal Constitucional (TC) a lei dos vínculos, carreiras e remunerações na função pública.

“Esta decisão não nos surpreende, bem pelo contrário. São conhecidas as reservas do PSD a este diploma quer do ponto de vista jurídico-constitucional quer do ponto de vista político”, afirmou o vice-presidente da bancada do PSD, Luís Montenegro, em declarações aos jornalistas no

Parlamento.

Luis Montenegro frisou que, do ponto de vista constitucional, o PSD “aguardará serenamente a decisão do Tribunal Constitucional”.

“Do ponto de vista político, as nossas reservas mantêm-se intactas: a funcionalização das magistraturas operada neste diploma é um mau sinal para o país e um desrespeito por um órgão de soberania”, criticou

Uma das dúvidas do Presidente é precisamente a aplicação do diploma aos magistrados judiciais, um dos aspectos mais contestados tanto pelos partidos da oposição como pelas associações de magistrados e de juizes.

Cavaco Silva pede igualmente aos juizes do TC que se pronunciem sobre as novas regras de celebração de contratos de tarefa e de avença e também a retenção automática de metade da remuneração-base dos funcionários em determinadas situações, lê-se num comunicado do Presidente.

Os partidos da oposição contestam a lei por equiparar juizes e magistrados aos funcionários públicos, dado que a Constituição consagra a independência do poder judicial.

Auto-Estrada transmontana vai ter portagens, ao arripio do anunciado por Sócrates

O deputado do PSD por Bragança, Adão Silva, denunciou hoje que a auto-

estrada transmontana entre Via Real e Bragança vai ter portagens, ao contrário do que tem sido anunciado pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

O parlamentar alega que as promessas reiteradas no último sábado em Bragança pelo primeiro Ministro de que os transmontanos não vão pagar portagens são contrariadas pelo concurso internacional hoje remetido para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

De acordo com o deputado social-democrata, os termos do concurso revelam “uma verdadeira fraude política”, na medida em “haverá diversos troços sujeitos ao pagamento de portagens”.

Segundo um requerimento apresentado hoje pelo deputado na Assembleia da República, os automobilistas vão pagar portagens num total de 32 dos 130 quilómetros de extensão da auto-estrada transmontana.

O documento refere que serão quatro os troços pagos: Vila Real/Parada de Cunhos com o nó da A24, numa extensão de 7 quilómetros; nó poente de Bragança/nó nascente de Bragança, numa extensão de 7 quilómetros; nó com a A24/nó de Vila Real nascente, numa extensão de 4 quilómetros e nó de Bragança nascente/Quintanilha, com a extensão de 14 quilómetros.

“Esta situação constitui uma



questão de forma, mas essencial, porque entende que a conta do SNS deve reflectir não só o universo do serviço público administrativo mas também com igual detalhe o universo das empresas do estado, o que é impossível”, justificou.

No requerimento, o PSD pede também que o “contra-relatório” ao relatório do Tribunal de Contas que o Governo apresentou hoje na comissão de Saúde “seja de imediato enviado” àquela instituição, “para conhecimento e os demais efeitos que esta tiver por convenientes”.

“Atenta a importância e o significado político das declarações e dos comentários que foram produzidos” na reunião da comissão parlamentar, o PSD requer ainda que a audição do ministro da Saúde “seja objecto de urgente transcrição oficial”.

PSD apresentará “políticas concretas” em relação a cada área da governação

O ex-ministro Arlindo Carvalho anunciou hoje que dentro de “seis a oito meses” o PSD irá apresentar “políticas concretas” em relação a cada área da governação, nomeadamente para o sector da Saúde.

“Criámos grupos de trabalho para, dentro de seis a oito meses, apresentar políticas concretas em relação a cada área”, afirmou Arlindo de Carvalho, que integra a comissão política nacional do PSD.

Arlindo de Carvalho, que falava aos jornalistas no final de um encontro com responsáveis da Apifarma - Associação Portuguesa de Indústria Farmacêutica, adiantou ainda que, entre as medidas de o PSD irá propor estará também “políticas para o medicamento”.

Segundo o ex-ministro, na reunião

verdadeira fraude política, porquanto sempre foi prometido aos transmontanos que, por razões de justiça, equidade, solidariedade e coesão social e territorial, a auto-estrada transmontana não teria portagens”, afirma o deputado.

Adão Silva considera “urgente clarificar a situação agora tornada pública e, em nome da verdade na política, proceder à alteração do aviso de abertura do concurso, tornando-o absolutamente conforme com as promessas feitas, isto é, que não sejam instaladas portagens na auto-estrada transmontana”.

No requerimento dirigido ao Governo, o parlamentar pergunta “porque nunca antes foi dito aos transmontanos que a auto-estrada transmontana teria portagens, quais os critérios que levaram à implantação de portagens naqueles troços” e se o Governo “vai mandar alterar os termos do aviso do concurso”.

A auto-estrada transmontana faz parte do investimento de 1.200 milhões de euros anunciados sábado, em Bragança, pelo primeiro Ministro, José Sócrates, e que contemplam também o IC5 e o IP2.

O primeiro-ministro prometeu que estas estradas, reclamadas há décadas, estarão concluídas em 2011.

PSD quer ouvir, com urgência, o Tribunal de Contas, sobre o “desgoverno” dos Serviço Nacional de Saúde

O PSD requereu hoje a audição urgente do Tribunal de Contas acerca

do relatório às contas do Serviço Nacional de Saúde, que aponta um agravamento significativo dos resultados líquidos de 2005 para 2006.

Num requerimento enviado à presidente da comissão parlamentar de Saúde, a socialista Maria de Belém Roseira, o grupo parlamentar do PSD considera “obrigatória a necessidade de ouvir” o Tribunal de Contas acerca do relatório que produziu, depois da audição que decorreu de manhã ao ministro da Saúde, Correia de Campos.

“Não incumbindo à Assembleia da República dirimir as contradições entre o Governo e o Tribunal de Contas (...), considera o grupo parlamentar do PSD como obrigatória a necessidade de ouvir, com urgência, este último órgão de soberania”, é referido no requerimento.

Hoje de manhã, durante a sua audição na comissão parlamentar de Saúde a propósito do relatório do Tribunal de Contas, Correia de Campos considerou que aquela instituição não é infalível

“O TC não está protegido pelo dogma da infalibilidade. Mas fez um esforço honesto e sério”, comentou Correia de Campos.

O ministro da Saúde disse ainda que, embora concordando com as recomendações do último relatório da instituição, não mudará a forma de apresentar as contas do Serviço Nacional de Saúde

O relatório entregue na semana passada pelo Tribunal de Contas no Parlamento diz que os hospitais com estatuto empresarial (EPE’s) registaram um agravamento significativo dos resultados líquidos de

2005 para 2006, sem que o Governo tenha esclarecido as razões desta derrapagem.

“De nós não esperem que mudemos a forma de apresentação das contas do SNS”, disse.

De uma forma global, Correia de Campos reconheceu, contudo, falhas na consolidação das contas do SNS e admitiu critérios contabilísticos diferentes dos resultados dos hospitais-empresa.

“A razão fundamental das diferenças alegadas pelo TC é uma



com a Apifarma um dos assuntos discutido foi a “preocupação” da associação com a “dívida de 800 milhões de euros” do Serviço Nacional de Saúde para com as farmacêuticas, sobretudo da parte dos hospitais público-privados.

Arlindo Carvalho renovou ainda as críticas ao Governo, acusando o executivo socialista de “não saber a quantas anda”, numa referência ao relatório do Tribunal de Contas divulgado a semana passada e que aponta falta de rigor nas contas de 2006 do Serviço Nacional de Saúde.

“O Governo apresenta determinados valores e depois o Tribunal de Contas, que é um órgão isento e independente, apresenta outras bem diferentes”, assinalou, salientando que “quer na rua, que no Parlamento, o PSD não deixará de fazer a denúncia pública” da situação.

Governo deve estudar com urgência a opção “Portela +1” para o Aeroporto

O deputado do PSD Jorge Costa, no dia 28 do mês passado, voltou a exortar o Governo a estudar a opção Portela+1 para o novo aeroporto de Lisboa, considerando que é tempo de acabar com a “teimosia” em relação à Ota.

“O Governo tem de pedir ao LNEC [Laboratório Nacional de Engenharia Civil] para também fazer esse estudo”, defendeu o deputado social-democrata, em declarações à Lusa.

Num comentário ao estudo da Associação Comercial de Porto divulgado terça-feira e que aponta como melhor opção para o novo aeroporto de Lisboa a continuação e rentabilização dos actuais investimentos em curso na Portela, a complementar com uma nova estrutura, o deputado social-democrata disse ser tempo o executivo socialista terminar com a “teimosia” em relação à Ota.

“O Governo devia ser célere como foi com o estudo da CIP e mandar fazer já o estudo sobre a opção Portela+1”, salientou.

Além disso, acrescentou, com



todos os dados que já estão disponíveis, estudar a opção Portela+1 não irá “demorar assim tanto tempo”.

Jorge Costa saudou ainda “mais este contributo da sociedade civil” sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa.

“Era um papel que cabia ao Governo, que devia ter analisado bem todas as hipóteses”, acrescentou, lamentando que “só com a pressão da opinião pública o executivo socialista tenha aberto a possibilidade de fazer estudos complementares”.

O deputado social-democrata exortou ainda o executivo de José Sócrates a fazer “uma análise minuciosa e detalhada” de todas as hipóteses para o novo aeroporto internacional de Lisboa.

“É necessário uma análise

minuciosa e detalhada”, sublinhou, defendendo que devem ser tidos em conta vários factores, nomeadamente a rentabilidade económica, a racionalização do investimento, a questão da segurança e o impacto que terá no sector do Turismo.

«O Governo não pode apenas “dar uma vista de olhos pelas várias opções”, como o Ministro afirma», insistiu.

O economista Luís Artur Pereira, vai apresentar-se às eleições para a C. P. S. do Porto

O economista Luís Artur Pereira, quadro da Petrogal e apoiante de Luís

Filipe Menezes, vai apresentar-se às eleições para a Comissão Política Concelhia do Porto do PSD, que se realizam em meados de Janeiro de 2008.

“Apresentarei a minha candidatura publicamente, de forma ainda informal, num café da Baixa, para sublinhar a ligação desta candidatura à cidade, porque a data das eleições, que se devem realizar em meados de Janeiro, ainda não está marcada”, disse Luís Artur Pereira.

O candidato referiu que “assim que a data das eleições para a ‘concelhia’ do PSD/Porto for marcada”, o que deverá acontecer necessariamente até meados de Dezembro, apresentará então formalmente a sua candidatura no local próprio, a sede concelhia do Porto dos social-democratas.

Antigo membro da Distrital de Braga do PSD, Luís Artur Pereira, 47 anos, foi vice-presidente da JSD, fez parte dos conselhos nacionais da JSD e do PSD, chefiou a bancada parlamentar dos sociais-democratas de Póvoa de Lanhoso e foi vereador nesta autarquia.

Desde o Congresso do PSD de Pombal (2006) que é apoiante declarado de Luís Filipe Menezes.

Entre as propostas da sua candidatura, Luís Artur Pereira destaca a defesa da realização de eleições primárias para escolher o candidato do partido à presidência da Câmara Municipal do Porto.

“Garantir o regresso do poder às bases é um princípio fundamental para mim, pelo que defendo que devem ser os militantes a escolher livremente o seu candidato à Câmara e não um grupo restrito fechado num gabinete”, disse.

Acrescentou ainda que este procedimento visa também “abrir o partido à sociedade civil”.

Luís Artur Pereira pretende também modificar a escolha das listas para a Assembleia Municipal, admitindo a constituição de listas independentes da direcção política da “concelhia”.

“Os militantes poderão escolher entre as várias listas propostas, devendo a lista final ser constituída, segundo o método de Hondt [tal como acontece nas eleições para a Assembleia da República]”.

Outras propostas avançadas são a constituição de “um gabinete de estudos que de facto funcione”, no âmbito da “concelhia”, e a realização de sessões de formação política para os militantes.

Luís Artur Pereira garantiu que “a candidatura é para ir até ao fim”, independentemente do actual presidente da “concelhia” do PSD/Porto se apresentar ou não.

“Já falei com o Dr. Sérgio Vieira, sei que ele está a ponderar uma recandidatura, mas que ainda não tomou qualquer decisão, mas a minha candidatura vai para a frente, quer ele se apresente ou não às eleições”, afirmou. – Fontes: Povo Livre, Lusa, DN, RDP, “Sol”





Intervenção Dep. Jorge Tadeu Morgado AR, 28 de Novembro de 2007

Debate sobre a Petição n.º 99 / X
Medidas Legislativas para
Salvaguarda da Pateira de Fermentelos

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados:

Permitam-me que antes do mais, nas pessoas dos Srs. Presidentes da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda cumprimente todos os autarcas presentes nas Galerias, em especial os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia em cujo território se situa a Pateira de Fermentelos e que há largos anos vêm lutando por uma solução para os muitos problemas desta lagoa.

A petição hoje aqui em discussão solicita Medidas Legislativas para Salvaguarda da Pateira de Fermentelos.

E sobre esta matéria o PSD não poderia estar mais de acordo.

Em 2003, no seguimento de uma visita ao local, pelo então Ministro Dr. Marques Mendes, juntamente com os Deputados eleitos pelo círculo de Aveiro, os serviços do Ministério do Ambiente procederam a uma obra de recuperação das comportas do Açude de Requeixo, e a pequenas obras a poente a nascente da Pateira.



Após essas intervenções, a Câmara Municipal de Águeda adquiriu uma ceifeira aquática com vista à remoção do “jacinto de água”, uma espécie infestante e considerada localmente como uma verdadeira praga. Este corte e recolha dos jacintos tem alcançado progressos evidentes.

Infelizmente, após estas intervenções e antes disso, desde o final da década de oitenta que não se procede a mais nenhuma intervenção de vulto na Pateira de Fermentelos e esta Zona de Protecção Especial desde 99, necessita objectivamente de uma intervenção integrada a nível do Estado ou a nível intermunicipal e não de intervenções avulsas, como tem ocorrido até aqui.

E desde logo ao nível da qualidade do seu espelho de água. E neste âmbito consideramos que se deveria proceder ao desassoreamento da Pateira, através de uma nova dragagem e do controle da qualidade das emissões de efluentes industriais, agrícolas ou outros a montante da Pateira.

E em segundo lugar, ao nível do tratamento paisagístico e na consolidação das margens da Pateira. Só assim se conseguirá potenciar a utilização do espaço a nível turístico e de lazer.

Porque estas intervenções não devem ser efectuadas de forma avulsa ou casuística; porque existem outras obras de manutenção de estruturas já existentes e porque a Pateira também é memória e identidade da região onde se situa, o PSD considera que apenas uma abordagem global e integrada aos problemas da Pateira deverá ser considerada.

E para isso já existe solução anunciada, mas infelizmente ainda não concretizada: o POLIS para a Ria de Aveiro.

Após o anúncio do Sr. Ministro do Ambiente, nesta Assembleia, manifestámos publicamente as nossas reservas quanto a esta ser a solução final e mais adequada para a Gestão Integrada da Ria de Aveiro.

Consideramos contudo, que a Ria de Aveiro necessita de investimentos urgentes. Colocando-nos, por isso, do lado da solução e não do lado do problema, julgamos que o futuro da Pateira de Fermentelos, poderá e deverá passar pela sua integração neste anunciado plano de investimentos para a Ria, esperando que o mesmo se torne a breve trecho no prometido Gabinete de Gestão Integrada da Ria de Aveiro.

Disse.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO CARLOS MIRANDA

Apreciação Parlamentar nº49/X (PSD) e nº.54/X (PCP)

Regime jurídico das farmácias de oficina

DEBATE CONJUNTO
Assembleia da República, 30 de Novembro de 2007

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Parlamento e o País estão envolvidos num debate de particular importância e melindre, pela pluralidade e complexidade de questões que levanta e pelo impacto que tem sobre a saúde dos portugueses.

O Primeiro-Ministro inaugurou este debate, em Maio de 2006, anunciando em pleno debate mensal que o Governo tinha decidido liberalizar a propriedade das farmácias.

Nesse mesmo dia assinava com a Associação Nacional De Farmácias o “COMPROMISSO COM A SAÚDE”, dando corpo àquela decisão.

Só em Março de 2007, porém, um ano mais tarde, é que o Governo se dirigiu a esta Assembleia solicitando a Autorização Legislativa (Proposta de Lei de Aut. Legislativa nº124/X) para alterar o regime da propriedade das farmácias.

Fê-lo, no entanto, sem ouvir as Ordens Profissionais e escolhendo um caminho que não permitia o debate e o escrutínio político.

A Lei de Autorização foi imposta pela maioria parlamentar socialista sem participação pública e sem debate político.

Até que, em 31 de Agosto último o Governo fez publicar a legislação autorizada.

É patente a pressa, a precipitação e

a insensatez com que este decreto foi elaborado.

Nestas circunstâncias, o GP/PSD não podia deixar de requerer a sua apreciação parlamentar, sob pena de cumplicidade nesta trapalhada política.

Senhoras e Senhores Deputados:

O PSD parte para este debate com tranquilidade e sem quaisquer preconceitos.

O PSD parte para este debate exclusivamente focado no superior interesse dos doentes e dos utentes.

Como todos sabem, o PSD não inscreveria na agenda política a alteração do regime da propriedade das farmácias.

A nossa leitura das prioridades do interesse público não o pedia.

Só um Governo arrastado por um Ministro da Saúde prisioneiro dos seus fantasmas e obsessões elevaria esta matéria à categoria de Projecto de Interesse Nacional (PIN)!

É um facto que as farmácias portuguesas são reconhecidas, interna e externamente, como um dos mais evoluídos sectores da farmácia em toda a Europa. A esmagadora maioria dos portugueses – 95% – está satisfeita com o seu funcionamento.

Mais, as farmácias instalam-se apenas onde o Estado entende que é do interesse público; praticam preços definidos administrativamente pelo Estado; e as suas margens de comercialização estão legalmente estabelecidas pelo Estado.

O seu regime encontrava-se perfeitamente alinhado com os mais modernos regimes da farmácia nos países que nos servem de referência e com os quais nos relacionamos mais



directamente: A Espanha, a Alemanha, a França, a Grécia, a Itália, o Luxemburgo...mas também a Finlândia.

O passo que o Governo deu não foi fundamentado.

Não se conhecem quaisquer estudos em que o Ministério da Saúde se tenha baseado para avaliar o impacto da iniciativa, na saúde e na economia dos utentes.

Qual o impacto ao nível da qualidade dos serviços?

E da qualidade do atendimento?

E do investimento na modernização tecnológica e científica?

Por outro lado perpassa por este novo regime uma grande insensibilidade social.

Perante este quadro preocupante, o PSD não deixará de intervir politicamente mal surjam sinais de risco, perturbação ou instabilidade na área da farmácia e do medicamento, e tais sinais começam a surgir.

Senhoras e Senhores Deputados:

Em nome da defesa dos interesses dos utentes o PSD disponibiliza-se incondicionalmente a participar na melhoria e adequação deste novo regime da propriedade das farmácias, de forma a minorar os danos da apressada acção socialista.

Aqui estão as nossas primeiras propostas de alteração legislativa:

· Nenhuma pessoa singular ou sociedade comercial pode deter ou exercer, em simultâneo, directa ou indirectamente, a propriedade, a exploração ou a gestão de mais de quatro farmácias.

· As entidades do sector social da economia podem ser proprietárias de farmácias desde que cumpram o disposto nas normas que concretizam a regulamentação do presente decreto-lei com eventual revisão do regime fiscal que presentemente se lhes aplica.

· As farmácias devem, no prazo de cinco anos, proceder à adaptação do seu quadro farmacêutico às condições previstas no artigo 23º.





INTERVENÇÃO DO DEPUTADO EMÍDIO GUERREIRO

AR, 28 de Novembro de 2007

INTERVENÇÃO SOBRE O ESTATUTO TRABALHADOR ESTUDANTE

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

A educação em Portugal passa por tempos difíceis. Tempos em que da escola tudo se espera. Que ensine, que dê competências aos jovens e que eduque as crianças substituindo-se a famílias que se demitem desta função. Tudo se espera e tudo se exige da escola.

Depois de inúmeras mudanças, produzidas ao longo de mais de 30 anos, a escola e os seus agentes estão perante um Governo que, ao invés de a normalizar e estabilizar, mais não faz que atacar e desprestigiar aqueles que são os agentes educativos fundamentais para o sucesso da política de educação, os professores.

Sem termos uma escola mobilizada, sem termos um corpo docente motivado, é muito difícil ganhar o desafio da qualificação dos portugueses. Temos um atraso enorme relativamente aos nossos parceiros europeus no que respeita quer à escolaridade quer à qualificação da população, nomeadamente, a mais jovem.

Para combater este atraso é fundamental mobilizar todos. Os jovens, as famílias, os professores e os demais agentes educativos. Mas é fundamental dotar as escolas de meios. Meios financeiros e também de novos modelos de organização e de gestão adequados aos tempos que vivemos.

E é aqui que o Governo tem falhado. Exige muito mas faz pouco. Ao longo deste mandato tem procurado responsabilizar os professores pela actual situação. As alterações legislativas vão no sentido contrário ao desejado. Não se procura incutir uma cultura de esforço e de rigor nos jovens alunos. Bem pelo contrário, a opção recai no facilismo e na manipulação das estatísticas. Há insucesso? O governo dificulta o “chumbo”. Chumba-se por faltas? Acaba-se com a distinção entre faltas justificadas e injustificadas!

A opção cai sempre no mais fácil. O difícil e necessário, que seria dotar as escolas de meios e de um novo modelo de organização e gestão, está por fazer!

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

São também muito difíceis os tempos que vivemos no que respeita ao



emprego.

Apesar de todas as promessas eleitorais e da manipulação dos números do desemprego que o Governo procura sistematicamente fazer, a realidade está aí. Uma taxa de desemprego nos 8% e sem perspectivas de melhorar nos próximos tempos!

O número de jovens desempregados cresce todos os anos. E já não são apenas os pouco qualificados que estão sujeitos a esta terrível angústia. O número de jovens licenciados desempregados é superior a 50.000!

Tantos recursos desperdiçados! Tanta energia desperdiçada! E o mais grave é que continuamos sem conhecer a empregabilidade dos nossos cursos do ensino superior! Apesar de o PS ter rejeitado a proposta do PSD de divulgação dos dados referentes à empregabilidade dos cursos e das escolas, apesar do Governo ter prometido fazê-lo até ao Verão passado, os portugueses, as famílias portuguesas, os jovens quando se candidatam ao ensino superior continuam a desconhecer esta informação decisiva no processo de tomada de decisão!

Segundo o último relatório do INE, desde o início da legislatura o país perdeu 167.000 postos de trabalho qualificados! No mesmo período os empregos menos qualificados ganharam peso na economia portuguesa!

Cá estão os primeiros resultados do Governo do choque tecnológico! Ou serão os resultados do simplex? Empregos novos? Só em profissões

simplex onde as qualificações necessárias são tudo menos altas!

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

É neste cenário difícil para os jovens trabalhadores portugueses que hoje debatemos um projecto-lei do BE que visa criar um estatuto do trabalhador estudante.

Estatuto esse que está assegurado no Código do trabalho desde 2004.

Compreendemos a bondade da iniciativa do BE. Diz na sua exposição de motivos que pretende alargar os direitos dos trabalhadores estudantes previstos no actual estatuto.

Pretende ainda instituir a obrigatoriedade da criação de cursos nocturnos em todos os níveis de ensino.

Pretende ainda criar um Observatório do trabalhador Estudante.

Afirma que com a sua nova proposta se responderá ao desafio da requalificação que Portugal tem pela frente.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

A primeira questão que se nos coloca é saber se existe alguma avaliação do actual estatuto.

Tem sido pela aplicação do regime previsto no Código de Trabalho que o desafio da qualificação do país falhou? Não conhecemos estudos que o confirmem!

Assim como não se conhecem avaliações sobre a eficácia ou ineficácia do actual regime!

Mais uma vez pretende-se alterar legislação sem avaliar a que está em vigor.

Esta é uma das razões pela qual não concordamos com o projecto do BE.

Reconhecemos contudo aspectos positivos nesta proposta. Refiro-me ao alargamento do âmbito da aplicação do estatuto do trabalhador estudante aos trabalhadores por conta própria. O já referido relatório do INE informamos que são já mais de 900 mil os trabalhadores neste regime. Torna-se fundamental perceber quantos destes trabalhadores são na verdade “contratados” ou trabalham por conta própria. Aos primeiros deve dar-se a possibilidade de usufruírem dos direitos previsto no Estatuto do trabalhador estudante.

As alterações propostas nas dispensas de serviço para frequência das aulas em mais uma hora semanal, ou na alteração da forma de marcação de férias, são pontuais e deveriam ser sustentadas pela avaliação e aferição das actuais condições.

Pretende ainda o BE conceder um apoio financeiro às entidades empregadoras em função do número de trabalhadores estudantes empregados. Temos muitas reservas a esta proposta. Não é nesta sede que este tipo de apoio deve ser considerado.

Concordamos que o Governo pouco ou nada tem feito nas políticas activas de criação e estímulo de emprego. Que pouco faz para

desenvolver as actividades económicas e para fomentar a formação dos quadros. Mas não acreditamos que seja através de um novo estatuto do trabalhador estudante que se deva apoiar financeiramente as empresas. Deve, sim, pugnar-se para que os direitos dos trabalhadores estudantes sejam respeitados e cumpridos.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

Num momento em que são públicas, por força da acção deste Governo, as enormes dificuldades nas instituições universitárias e politécnicas, de que destaco o facto de 5 Universidades não terem orçamento para pagar todos os seus vencimentos de pessoal até ao final do ano, não podemos considerar ser esta a sede mais adequada para a criação obrigatória de cursos nocturnos no ensino superior.

Não é com a aprovação de 2 artigos no estatuto do trabalhador estudante que vamos resolver esta situação.

Já o alerta que este projecto nos dá no que respeita à adequação dos cursos “Bolonha” é pertinente e deve merecer a nossa reflexão de molde a assegurar que os estudantes trabalhadores não sejam excluídos do seu processo de valorização.

Por fim temos a proposta da criação de um Observatório do Trabalhador estudante. Proposta que pretende ser inovadora mas com a qual não concordamos.

Não é com mais um Observatório, com mais um organismo, com mais despesa, com mais nomeação de uns quantos “boys” para uns quantos “jobs” que ajudamos a cumprir os direitos dos trabalhadores estudantes. A missão que o BE preconiza para este Observatório pode e deve ser assegurada pelas máquinas dos ministérios e dos organismos já existentes. Não faz sentido criar algo de raiz para fazer o que pode e deve ser feito com o que já existe.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores Deputados,

Percebemos e compreendemos a bondade da proposta do BE. Reconhecemo-la, em muito do que é proposto, como uma crítica clara à actuação do Governo nas políticas activas de criação de emprego, nas políticas de educação e nas políticas de financiamento do ensino superior.

Contudo, entendemos que o actual estatuto deve ser avaliado, pode e deve ser corrigido no que respeita aos trabalhadores a “recibo verde” e na necessária adequação ao Processo de Bolonha. Quanto às restantes propostas, merecem a nossa profunda reserva.

Disse.

Intervenção Deputado José Raul dos Santos 29 de Novembro de 2007



Petição n.º 369/X/2.^a
(Manutenção e melhoria do
Serviço de Urgências do
Centro de saúde de Vendas Novas)

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Discutimos hoje, em escassos minutos, a Petição n.º 369, através da qual mais de sete mil cidadãos se dirigiram a esta Assembleia, defendendo a manutenção do serviço de urgências do Centro de Saúde de Vendas Novas.

Este caso lembra a luta entre David e Golias.

De um lado, uma população sem recursos, sem poder que não seja o da sua razão, e sem capacidade de influenciar politicamente o Governo.

Do outro, um Ministro poderoso, com tiques de general, habituado a fechar serviços a seu bel-prazer, confortável na impunidade política que o Partido Socialista, calado, lhe oferece.

Mas, tal como na luta entre David e Golias, a população de Vendas Novas vai conseguindo alguns sucessos, ou, pelo menos, adiar a execução da sentença ministerial que decretou a

morte do SAP do seu centro de saúde.

Os factos são conhecidos de todos:

O SAP de Vendas Novas funciona bem, tendo atendido em 2005, no período entre as oito horas da noite e as oito da manhã, uma média de 16 doentes por dia, média que subiu para 17 doentes em 2006.

Os serviços alternativos – Évora ou Setúbal – situam-se longe, a mais de cinquenta quilómetros, facto que seguramente aumenta os riscos para a vida e a saúde das pessoas que deixassem de poder recorrer ao SAP de Vendas Novas.

Já sucederam alguns casos que levantaram dúvidas sobre se a decisão política do Ministro da Saúde, de fechar o SAP de Vendas Novas, e que entretanto foi suspensa pelos tribunais, não originou já acidentes mortais.

A Inspecção-Geral, serviço dependente do Ministro da Saúde, não imputa qualquer responsabilidade ao Ministro nem questiona o fecho do SAP de Vendas Novas, assim dando um bom exemplo da sua independência face ao Governo.

Nós, que não dependemos do Governo, mantemos dúvidas sobre as consequências que a decisão do

Parlamento



Ministro pode ter provocado.

Aliás, em defesa deste entendimento, não nos podemos esquecer que a existência de um serviço de urgências no Centro de Saúde de Vendas Novas era tão justificada que a Comissão Técnica das Urgências chegou mesmo a propor, no seu relatório intercalar, a instalação de um Serviço de Urgências Básico naquela localidade.

Foi por isso uma surpresa que essa mesma Comissão, no seu relatório final, incompreensivelmente e sem qualquer justificação, sem consultar também a câmara municipal e a população local, tenha dado o dito por não dito e deixado cair essa proposta, legitimando, aliás de forma muito conveniente, a decisão do Ministro de fechar o SAP de Vendas Novas.

E o Ministro fechou o SAP.

A população uniu-se, a autarquia envolveu-se, o Parlamento ouviu também os interessados e os tribunais puseram em causa a decisão do Governo, defendendo que o serviço tem de continuar aberto para garantir o direito à vida dos utentes.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Não temos dúvidas ou ilusões de que o Governo continua, teimosamente, a defender o fecho deste serviço, de forma a poupar alguns euros, mesmo que por isso os doentes sejam forçados a percorrer mais de cinquenta quilómetros para serem atendidos numa consulta não programada.

Por nós, continuaremos a defender, com intransigência, o direito à saúde e o próprio direito à vida dos utentes dos serviços de saúde, sejam estes ricos ou pobres, novos ou velhos, transmontanos, beirões ou alentejanos.

Por isso apelamos a que o bom senso finalmente prevaleça no Ministério da Saúde, que o Ministro se lembre que era suposto cuidar de assegurar aos Portugueses o acesso a serviços de saúde de qualidade e também com proximidade, e que a sua função não é a de adjunto do Ministro das Finanças.

À população lembramos que, assim como David venceu Golias, Vendas Novas pode vencer o Ministro Correia de Campos.

Disse.

Intervenção da Dept^a Helena Lopes da Costa

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

Quando caminhamos a passos largos para o terceiro ano de governação socialista, sentimos demasiadas vezes que a memória nos escapa, deixando em branco muitas das promessas feitas ao povo português. Não ao PSD, nem aos restantes partidos da oposição, nem a este Parlamento, mas sim ao povo português.

E para isso, tem que haver memória e quem lembre o prometido, bem como o não executado. Cumprimos a nossa função, aliás a nossa obrigação e os compromissos que assumimos, se o fizermos.

Kenneth Galbraith, ilustre economista e pensador, falecido ainda há relativamente pouco tempo, teorizava sobre estas questões dizendo que não há nada mais admirável na política que a memória curta. Fina ironia de que via o mundo com olhar crítico e arguto.

Cabe ao PSD não permitir que essa memória seja curta. Do que tem acontecido ao longo destes quase três anos, mas igualmente do que tem acontecido nas semanas mais recentes.

Nós lembramo-nos que o Governo do Partido Socialista exerce funções desde Março de 2005.

Desde então, muito mudou em Portugal. E em muitos casos para pior.

Senão vejamos. O poder de compra das classes médias diminuiu, oito por cento da população activa está desempregada, mais de dois milhões de portugueses vivem na pobreza, 740 mil concidadãos nossos sobrevivem com pouco mais do que seis euros por dia, 600 mil portugueses esperam por uma cirurgia ou por uma consulta hospitalar e o crescimento económico teima em não arrancar.

Os Portugueses vivem hoje bem pior do que há três anos.

Portugal é, em 2007, um dos países mais pobres da União Europeia, situação que levou o próprio Presidente da República a afirmar que se sente “**envergonhado**” com esta situação.

Mas não é só Sua Excelência o Presidente da República. Somos todos nós, enquanto povo e enquanto nação que partilhámos essa vergonha.

Todos?

Não todos, porque à nossa volta, a liderar o país, um grupo de irreduzíveis portugueses continua a achar que

vivemos num paraíso terrestre. E o seu receio maior não é que lhes caia o céu em cima da cabeça, mas tão somente que o país perceba esta triste realidade.

Por isso nada melhor que fingir que governam um país diferente, quiçá inebriados pela presidência da União Europeia.

Este Governo não merece o país que tem, mas os portugueses também não merecem este Governo.

Ora, perante esta realidade, que faz o Governo?

Diz que não se passa nada, que vai tudo muito bem e o Primeiro Ministro tem mesmo a atitude descabelada de afirmar que nenhum outro Governo, nos últimos 30 anos, desenvolveu tanto as políticas sociais como o actual!

Esta frase é chocante quando estamos na presença de um Governo que, só para dar um exemplo, decidiu tributar os reformados que auferem pequenas pensões de 429 euros mensais, pouco mais de 80 contos na moeda antiga.

Aliás, quem melhor pode trazer o Primeiro-Ministro à terra do que o Dr. Mário Soares, quando este, há dias, afirmou que “...**é chocante ver como as desigualdades sociais se agravaram nos últimos tempos.**”

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

À insensibilidade social do Primeiro Ministro, já bem conhecida dos Portugueses, juntou-se uma nova especialização, que é a da engenharia estatística.

Na verdade, como entender de outro modo as suas declarações do último fim-de-semana, quando afirmou que, desde Março de 2005, foram criados 105 mil novos postos de trabalho em Portugal?

O objectivo parece ser o de fazer crer aos incautos que o Governo está quase a cumprir a sua célebre promessa eleitoral de criar 150 mil novos empregos.

O problema é que, no mesmo período, houve uma destruição de 167 mil postos de trabalho, os quais, seguramente, não foram contabilizados nesta engenharia criativa do Primeiro Ministro, e põem em causa, infelizmente, o cenário cor-de-rosa da propaganda oficial.

Aliás, as estatísticas do INE não deixam lugar a dúvidas: a taxa de desemprego estimada para o terceiro



trimestre de 2007 foi de 7,9 por cento, mais meio por cento do que no mesmo período de 2006, sendo a taxa de desemprego das mulheres mesmo superior a 9 por cento.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os exemplos de falta de correspondência entre a propaganda socialista, a realidade e os casos de trapalhada no Governo, estão a multiplicar-se a um ritmo preocupante, a que os Portugueses assistem com crescente apreensão.

É caso para dizer que qualquer semelhança entre a visão do Governo e a realidade do país é mera coincidência.

Mas vamos a exemplos:

O Inspector-Geral da Administração Interna diz publicamente que “**há muita impertinência e muita intolerância por parte da polícia**”, acrescentando que “...**há por aí muita «coboyada» de filme americano na mentalidade de alguns polícias**”.

Ou seja, para o Inspector-Geral da Administração Interna, a polícia portuguesa é incompetente.

O que o PSD pergunta é como é possível um alto dirigente do Ministério da Administração Interna fazer declarações tão levianas e mesmo afrontosas para com a PSP e a GNR, e o Ministro da Administração Interna vir depois dizer que está tudo bem nas polícias?

Como é possível que o Governo não perceba que, com estes comportamentos, desprestigia e desmotiva os agentes das forças de

segurança?

Como é possível um alto responsável do MAI afirmar que “**A GNR vê o cidadão como inimigo**” e esta afirmação não ter nenhuma consequência?

Se tudo isto não fosse tão grave, fazia lembrar as tristes palavras do Dr. Alberto Costa, quando este afirmava, quando era Ministro da Administração Interna, que “**esta não é a minha polícia**”.

Mas há mais:

O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais resolveu, na semana passada, acusar as empresas portuguesas de maior dimensão, de cometerem fraude fiscal e de praticarem branqueamento de capitais.

Esta declaração não é, apenas, polémica.

É totalmente irresponsável na medida em que levanta uma suspeição geral sobre todas as grandes empresas nacionais, acusando-as de práticas fiscais fraudulentas.

Além disso, considerando que o PS governa há quase três anos, passa um atestado de incompetência à administração fiscal e ao próprio Governo, que não souberam, ou não quiseram, combater o fenómeno que dizem existir.

Perante estas tão graves insinuações, o Ministro das Finanças nada diz e tudo lhe parece bem.

Mas as declarações do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais levam-nos a um terceiro exemplo, agora dirigido à verdadeira fúria fiscal, para não dizer verdadeira extorsão fiscal, que parece ter tomado conta do

Governo.

Segundo o Relatório da inspecção aos serviços de finanças, realizado pelo Provedor de Justiça, a administração fiscal comete gravíssimos abusos contra os contribuintes portugueses.

Entre muitas outras ilegalidades, congela contas de forma desproporcionada, faz penhoras ilegais de ordenados e realiza penhoras sobre dívidas fiscais prescritas, liquida excessivos juros de mora e cativa reembolsos de IRS sem estarem esgotados os meios de defesa dos contribuintes.

Estas graves, repetidas e constantes violações dos direitos dos cidadãos, e agora denunciadas pelo Senhor Provedor de Justiça, vão cair, infelizmente, em saco roto.

É que se é verdade que o Governo não pode impedir que o Provedor fale, não é menos verdade que não será a submissa e obediente maioria do PS a exigir-lhe que ponha termo à violação dos direitos dos contribuintes.

Mas há mais:

No seu Programa, o Governo assumiu o compromisso de alterar os procedimentos de apuramento das contas públicas, por forma a impedir dúvidas sobre a sua qualidade técnica e imparcialidade.

Pois bem: na semana passada, no seu Relatório de acompanhamento da situação económico-financeira do SNS, relativa a 2006, o Tribunal de Contas informou o Parlamento que a informação económica e financeira fornecida pelo Governo não dá uma imagem, nem verdadeira nem apropriada, da real situação financeira do Ministério da Saúde.

O Tribunal de Contas informou ainda o Parlamento que o montante total das dívidas do SNS aos respectivos fornecedores era, em Dezembro de 2006, de dois mil duzentos e catorze milhões de euros, mais de um quarto do orçamento anual do Serviço Nacional de Saúde.

Este Relatório, apresentado à Assembleia da República em pleno debate orçamental, põe directamente em causa a fiabilidade, não só das contas da Saúde, como do próprio défice orçamental.

Torna-se por isso cada vez mais necessário proceder, como o PSD oportunamente propôs, à aferição objectiva do verdadeiro défice orçamental, a bem da indispensável transparência das contas públicas.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os Portugueses vivem cada vez pior.

O País está doente.

O Estado continua gordo e anafado, aparentemente sem vaga para uma cirurgia de banda gástrica, e absorvendo mais de metade da riqueza nacional.

E o Governo socialista está e continuará desarticulado, quando as suas políticas e resultados são

permanentemente postos em causa por entidades oficiais independentes, sejam estas nacionais ou estrangeiras.

Perante esta realidade, resta esperar que o PS venha a engrossar, em 2009, a crescente lista de desempregados, a bem da esperança e do futuro dos Portugueses.

Disse.

Parlamento



INTERVENÇÃO DA DEPUTADA ANA MANSO

A.R., 30 DE NOVEMBRO DE 2007

Proposta de Lei n.º 160/X – Proíbe e sanciona a

discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro de 2004

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Grupo Parlamentar do PSD entende como positivas, direi mesmo fundamentais, todas as medidas que visem promover a igualdade entre homens e mulheres e defender a sua plena integração na vida económica e social.

A Directiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de Dezembro de 2004, proíbe a discriminação directa e indirecta, em função do sexo, no acesso a bens e serviços e seu fornecimento.

De entre outros aspectos deste diploma, gostaríamos de realçar cinco:

- Desde logo, a proibição da utilização do sexo como critério no cálculo dos prémios e prestações para fins de seguros e de outros serviços financeiros;

- Em segundo lugar, a garantia da repartição equitativa entre homens e mulheres dos custos das coberturas ligados à gravidez e à maternidade;

- Depois, a protecção das vítimas e testemunhas contra riscos de represálias;

- A declaração de nulidade sob as disposições contratuais e as regras que não respeitem o princípio da igualdade;

- E ainda, a prática de



(dados de 2005).

Acresce que persiste o desequilíbrio na presença de mulheres e de homens nos lugares de decisão, tanto políticos como económicos.

Por exemplo, o Governo tem, apenas, 2 Ministras e 4 Secretárias de Estado, e dos 308 Presidentes de Câmara eleitos apenas 19 são mulheres.

As mulheres continuam, assim, a enfrentar as maiores dificuldades no que se refere à conciliação das suas vidas profissionais com as suas vidas familiares e pessoais.

Em matéria social, as mulheres apresentam maior risco de exclusão e

pobreza, sobretudo quando se trata de pessoas idosas e progenitores isolados.

No trabalho, as mulheres são mais vulneráveis ao desemprego e os seus salários são em média 30% mais baixos que os dos homens.

O recente relatório de desenvolvimento humano, das Nações Unidas confirma este facto. O rendimento auferido estimado das mulheres corresponde apenas a 60% do rendimento auferido estimado dos homens. Portugal, infelizmente, ocupa o 28º lugar no Índice de desenvolvimento relativo ao género, atrás de países como o Chipre, a Coreia e a Eslovénia.

É uma realidade que, Senhoras e Senhores Deputados, não podemos nem devemos ignorar. Cabe, pois, ao Governo, à Assembleia da República e à sociedade em geral apoiar activamente a aplicação efectiva da legislação, a fim de garantir a sua eficácia e consequentemente uma maior igualdade e justiça social.

Disse.



Carlos Coelho defende maior controlo sobre armas de fogo

O Parlamento Europeu aprovou hoje na sua Mini-Sessão Plenária o Relatório Kallenbach relativo ao “Controlo da aquisição e da detenção de armas”.

Carlos Coelho, Deputado do PSD, apoiou as recomendações propostas e lembrou que “o fabrico e tráficos ilícitos de armas de fogo, suas partes e componentes e munições têm consequências graves para a segurança de todos os habitantes da UE” além de que a “localização de armas de fogo se reveste da maior importância no âmbito da luta contra o crime organizado.”

Para o Deputado do PSD “É fundamental criar as medidas necessárias para prevenir, combater e erradicar este tipo de criminalidade.”

De acordo com dados da OMS, a violência entre pessoas e o suicídio ocupam o 3º e o 4º lugar das principais causas de acidentes e morte prematura entre os 15 e os 44 anos de idade, sendo que a maior proporção resulta da utilização de armas de fogo.

Esta iniciativa visa, assim, adaptar a Directiva relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas,



estabelecendo regras comuns que permitem que sejam efectuados controlos, nos Estados Membros, à aquisição e detenção de armas de fogo, bem como a sua transferência para outro Estado Membro.

Apesar da proposta da Comissão ser na generalidade positiva Carlos Coelho salienta que esta se limita, porém, a “incorporar os aspectos relacionados com o Protocolo da ONU de 2001. É importante que se tenham igualmente em conta as modificações que se afiguram necessárias com base no relatório da Comissão de 2000.”

Carlos Coelho critica opt-out da Polónia e Reino Unido na Carta de Direitos Fundamentais

O Parlamento Europeu aprovou hoje na sua Mini-Sessão Plenária a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O Deputado do PSD Carlos Coelho saudou esta aprovação mas lamentou o facto de se tratar apenas de um anexo ao Tratado e criticou ainda duramente o Reino Unido e a Polónia pelo seu opt-out à Carta.

O Deputado do PSD Carlos Coelho recordou que “o Parlamento Europeu tinha vindo sistematicamente a requerer que seja conferida à Carta o estatuto de Direito primário, tornando-a assim um ponto de referência central para o Tribunal de Justiça e os Tribunais nacionais, dando-lhe um carácter juridicamente vinculativo” foi por isso com satisfação que o Deputado do PSD viu agora “essa confirmação”.

Carlos Coelho mostrou ainda o seu agrado “por o projecto de Tratado Reformador preservar a substância da Parte II do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.” No entanto o Deputado português lamentou que essa incorporação tenha sido feita na forma de “um anexo e não no próprio corpo do Tratado, como a sua dignidade justificava.”

A terminar Carlos Coelho criticou ainda o facto do Reino Unido e a Polónia terem exercido “um opt-out em matéria de direitos fundamentais, muito embora declarações recentes do novo governo Polaco pareçam indicar uma postura diferente e bem mais conforme com o espírito comum.”

A Carta dos Direitos Fundamentais aprovada em Nice, em 2000, é uma síntese dos valores europeus comuns, com os quais todos os cidadãos se podem identificar. Esses valores resultam da rica herança cultural dos diferentes países da UE, das suas tradições constitucionais e regras jurídicas e caracterizam a União não apenas como uma construção económica mas como uma comunidade com valores comuns.

Duarte Freitas defende pequenas comunidades pesqueiras e maior transparência na eventual gestão dos direitos de pesca

-UE pondera gestão dos recursos haliêuticos baseada nos Direitos da Pesca -

Parte das dificuldades económicas com que o sector das Pescas hoje se depara, são referidas como sendo uma consequência de um sistema de gestão pouco transparente e pouco efectivo assente, entre outros, no sistema de TAC's (Totais admissíveis de captura) quotas e gestão do esforço de pesca. Na Comunicação da Comissão Europeia, intitulada “Melhoria da situação económica do sector das Pescas” COM (2006)103, são referidas as dificuldades com que hoje em dia o sector se depara e apontam-se algumas novas abordagens para a gestão haliêutica. De entre elas contam-se a gestão baseada nos “Direitos da Pesca” (RBM).

O Deputado Europeu Duarte



Freitas considera que “o debate deste dossier é de extrema importância para o sector das pescas comunitário, uma vez que, poderá abrir portas a uma

maior sustentabilidade biológica para os recursos e dar maior capacidade de intervenção no mercado aos responsáveis pelo sector”. Actualmente o sistema de gestão destes direitos de pesca difere de Estado Membro para Estado Membro.

Para Duarte Freitas, “existe hoje em dia uma grande diversidade de sistemas de transacção e direitos de pesca, nem sempre objecto de uma total transparência. Nesse sentido é necessário desencadear um longo debate para que se possam aferir formas de gestão para estes direitos, capazes de garantir transparência, segurança jurídica e, como é evidente e mais importante que tudo, eficiência económica para os pescadores.”

Duarte Freitas alertou ainda para o facto de “o mau uso deste direitos de pesca poder contribuir para a centralização do poder nas grandes empresas, causando um eventual desfavorecimento das pequenas comunidades costeiras”.

Por tudo isto o Deputado do PSD considera que “é necessário estar muito atento ao desenrolar desta discussão que por certo será um dos pontos fortes da agenda de pescas para 2008”.

Apesar de ser um tema bastante controverso, Duarte Freitas lembra que “os sistemas individuais de transferências de quotas são a espinha dorsal da gestão de pescas em países como a Nova Zelândia e Estados Unidos.”

Discriminação Vergonhosa

Alberto João Jardim (*)

Consumado na Assembleia da República o que vai ser o Orçamento de Estado para 2008, mais uma vez subordinado a uma errada estratégia orçamentista imposta do exterior, os Portugueses, com um conformismo apavorante, preparam-se para mais um ano de graves dificuldades pessoais e familiares, bem como para uma redução no já débil investimento, a qual fará o País continuar a se afastar dos seus parceiros europeus.

De facto, o conformismo generalizado é apavorante.

A poderosa máquina de propaganda socialista dolosa, só por si não constitui desculpa para a passividade que tomou conta dos Portugueses, expressão prática quotidiana do fatalismo que tornou o fado a «canção nacional». De alguns, emendo eu.

Que horror!...

Porém, na Madeira, não nos resignamos, salvo aqueles cujo objectivo não é o de criar permanentemente melhores condições de vida, mas sim o de atacar os autonomistas sociais-democratas e o respectivo Governo Regional, ainda que para tal sacrificando toda a população.

Isto é um escândalo!...

Isto não é «democracia»!...

Isto não pode ficar assim!...

Para já, todos os Portugueses têm de estar informados sobre o que os socialistas uma vez mais fizeram aos Portugueses da Madeira, instrumentalizando abusivamente o Estado português para fins partidários e ignorando anti-democraticamente os sentimentos legitimamente expressos nas eleições regionais de Maio último, em que até ficaram reduzidos a quinze por cento.

No Orçamento de Estado para 2008:

- de entre as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais do País, a Madeira é a ÚNICA que vê as transferências de Estado reduzidas em relação ao Orçamento de 2007, este já ilegal e ilegitimamente sonegante.

- face ao Orçamento de 2006, as perdas acumuladas ultrapassam SETENTA E UM MILHÕES DE EUROS;

- o Orçamento para 2008 não prevê dotação suficiente para compensar os acertos de anos anteriores, reconhecidos pela República devido à incorrecta aplicação da Lei 13/98 de 24 de Fevereiro, cujo valor em dívida ascende a SESSENTA E NOVE MILHÕES DE EUROS;

- o Orçamento para 2008 não prevê qualquer dotação para honrar os compromissos referentes à comparticipação nacional no sector da agricultura, estabelecidos na lei nos projectos co-financiados por Fundos Comunitários. Tal dívida ronda actualmente TRINTA E DOIS MILHÕES DE EUROS;

- não é honrado o compromisso da República de regularização das verbas em atraso no âmbito da convergência tarifária na Energia, actualmente de DEZASSEIS MILHÕES DE EUROS;

- Não são regularizadas as verbas em atraso na Habitação Social (acordo de colaboração de Janeiro de 2003 e revisto em Janeiro de 2007, entre o Instituto Nacional de Habitação, o Instituto de Habitação da Madeira e o Município do Funchal), dívida que ultrapassa já SETE MILHÕES DE EUROS.

- Como se não bastasse tudo isto, os socialistas impõem um agravamento de CINQUENTA POR CENTO na contribuição dos serviços não personalizados da Administração Regional, para a Caixa Geral de



Aposentações – encargo adicional para a Madeira de CATORZE E MEIO MILHÕES DE EUROS. E reparem só nisto: quando serviços com idêntica natureza, ao nível da Administração Central, NÃO SÃO CONTRIBUENTES da dita Caixa Geral de Aposentações!...

- E vejam mais esta: o esforço de investimento público previsto através do PIDDAC, é de 279 euros por habitante do Continente, de 96 euros por habitante dos Açores, e de 23 euros por cada português da Madeira! Valemos, para efeitos de PIDDAC, oito por cento de um português do Continente...;

- O Orçamento de Estado para 2008, para além de lesivo e discriminatório para a Madeira, continua a ignorar normas do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma, designadamente em matéria de IVA e do nível das transferências, recebendo os Açores mais CENTO E CINQUENTA MILHÕES DE EUROS do que a Madeira.

- Até as propostas de alteração da lei orçamental que não implicavam encargos para o Estado, foram total e arrogantemente recusadas pela maioria socialista!

E para me cingir, hoje, apenas ao Orçamento de Estado, não falando das restantes discriminações e injustiças nas mais variadas áreas!

* * *

Face a tudo isto, pergunto: qualquer Português de bem, em qualquer parte do território nacional, acha isto correcto?...Acha isto «democrático»?... Acha isto «patriótico»?...

Será que todos os Portugueses não entendem quanto, com isto, os socialistas estão a fazer mal à Coesão Nacional?!...

Que fez a Madeira para estar a ser «punida» desta forma?...Cometeu o «delito» de, em Liberdade e constitucionalmente, não votar socialista!...

Afinal, que Estado português é este?!...

Os socialistas pensam que, com métodos destes, vão vergar o Povo Madeirense e nos fazer votar neles?!...

Ao menos, tenham a coragem de dizer o que querem de nós! – *Jurista, Presidente da CPR/PSD-Madeira, Presidente do Governo Regional da Madeira*

Notícias de Cascais

Bibliotecas Municipais promovem “ateliês” de Natal

A Rede de Bibliotecas de Cascais promove durante o período das férias escolares de Natal um conjunto de ateliês. Destinadas a crianças dos 3 aos 10 anos, estas iniciativas visam a criação de hábitos culturais, ao mesmo tempo que ocupam os tempos livres dos mais novos.

Inseridas nas acções desenvolvidas no âmbito do Programa de Promoção do Livro e das Bibliotecas, “A Chaminé do Nicolau”, “Prendas para o Pai Natal”, e “A Coroa do Advento | A Coroa dos Livros”, são algumas das oficinas programadas que procuram inspirar nos participantes valores como a solidariedade, a amizade, o amor, a paz, a esperança, a sabedoria e a família.

Os ateliês decorrerão em três bibliotecas da Rede Municipal: Casa da Horta da Quinta de Santa Clara (Cascais), Biblioteca Infantil e Juvenil (Parque Marechal Carmona) e Biblioteca de S. Domingos de Rana.

A participação é gratuita mas exige inscrição prévia.

PROGRAMA

BMC – CASA DA HORTA DA QUINTA DE SANTA CLARA – “A chaminé do Nicolau”:

De 10 a 14 de Dezembro - 10h00 às 11h00 – Pintura e colagem de materiais. Grupos dos 3 aos 5 anos; 15h00 às 16h00 – Criação de figuras em feltro artesanal. Grupos dos 6 aos 10 anos;

De 17 a 21 de Dezembro, 15h00 às 16h30 – Público em geral.

BIBLIOTECA INFANTIL E JUVENIL – “Prendas para o Pai



Natal”: atelier de pintura criativa “Será que o Pai Natal não gostaria de receber prendas?”

De 3 a 31 de Dezembro, 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30. Grupos dos 5 aos 10 anos

BMC – SÃO DOMINGOS DE

RANA – “A Coroa do Advento-A Coroa dos livros” – Leitura de contos de Natal. As crianças são convidadas a ler e a fazer uma ilustração da história. No final haverá um concurso e um prémio surpresa.

De 17 a 21 de Dezembro, 10h00 às 11h00 e das 15h00 às 16h00

Antologia «Manta de retalhos» lançada no dia 4

Obra de alunos e professores da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo

No próximo dia 4 de Dezembro, pelas 18H30, a Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana acolhe o lançamento do quarto volume da obra “Manta de Retalhos”, uma antologia da autoria de um grupo de alunos da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo.

Organizada a partir de textos e ilustrações da autoria de professores e alunos afectos aos diferentes níveis daquele estabelecimento de ensino entre os anos 2002 e 2005, Manta de Retalhos é um projecto do Departamento de Literaturas

Românicas e CreAcção e coordenado pelo Departamento de Língua Portuguesa da Secundária Frei Gonçalo de Azevedo. A capa foi elaborada pelos alunos que frequentaram a turma A do 7.º ano, em 2002/2003.

A dinamização da antologia esteve a cargo das professoras Alice Canena, Ana Reis, Gabriela Lança, Helena Leiria, Manuela Inácio e Sofia Nunes e a apresentação da obra será feita pelo professor David Sousa, presidente do Conselho Executivo.

No prefácio do livro, Manuela Inácio, uma das professoras dinamizadoras do projecto explica: «A aula de português enquanto espaço de escrita em que se incute o amor pelas palavras. Ler... Escrever... Contar abre caminho para esta aventura da palavra. Não há Receitas, mas cada um experimenta a sua, condimentada com uma boa dose de imaginação».

Na sessão de apresentação do livro serão entregues os diplomas de mérito escolar aos alunos que se distinguiram no ano lectivo 2006/07. Haverá ainda lugar para um concurso de postais e uma sessão de poesia.

- CMC



Distrital do PSD de Leiria

Fernando Marques reeleito com larga maioria

O presidente da Câmara de Ansião, Fernando Ribeiro Marques foi reeleito na presidência da distrital de Leiria do PSD com mais de 93% dos votos dos militantes. A lista por si liderada venceu em todas as Secções do PSD do distrito de Leiria, com excepção dos Concelhos de Óbidos e Castanheira de Pera, respectivamente, onde não foi possível realizar eleições alegadamente por falta de cadernos eleitorais.

Em termos absolutos, a lista A, liderada pelo autarca de Ansião, foi vencedora para todos os órgãos e obteve o apoio de 1.226 votos, contra apenas 54 votos obtidos pela lista B liderada pelo militante Jorge Marques.

Foram assim declarados eleitos para os próximos dois anos todos os membros integrantes da lista A, respectivamente, para a Mesa da Assembleia Distrital: Presidente (José Gonçalves Sapinho, Alcobça), Vice-Presidente (Maria Luísa Ferreira, Ansião), Secretários (Rui Trovão, Batalha, e Miguel Sousinha, Nazaré); para a Comissão Permanente Distrital: Presidente (Fernando Marques, Ansião), Vice-Presidentes (José António Silva, Leiria, e Fernando Costa, Caldas da Rainha), Tesoureiro (Paulo Batista Santos, Batalha), e para Vogais (Paulo Inácio, Alcobça, José Tiago Guerreiro, Alvaiázere, José Fidalgo, Figueiró dos Vinhos, Manuel Teles, Marinha Grande, João Gomes



Marques, Pedrógão Grande, José António Leitão, Peniche, Narciso Mota, Pombal e Carlos Venda, Porto de Mós); e para o Conselho de Jurisdição Distrital foram a todos eleitos pela lista A (José Lalanda

Ribeiro, Caldas da Rainha, Jorge Vala, Porto de Mós, Joaquim João Pereira, Marinha Grande e Vítor Monteiro, Leiria).

No final da votação, o novo presidente da Distrital do PSD dirigiu-se aos militantes presentes na Sede Distrital em Leiria, onde agradeceu a inequívoca confiança dos militantes do PSD do Distrito, saudou os seus adversários e reafirmou a sua firme vontade de trabalhar com todos no objectivo de concretizar o programa político que apresentou para o Distrito de Leiria.

Na mesma ocasião, Fernando Marques recordou que está no horizonte da nova direcção política do PSD do distrito de Leiria manter a liderança da maioria das autarquias do Distrito e contribuir para a formação de um alternativa credível de Governo do País liderada pelo Partido Social Democrata e pelo seu líder, Luís Filipe Meneses.

Primeiras declarações

O recém-eleito presidente da Distrital de Leiria do PSD reclamou hoje mais atenção do Governo ao distrito, que considera estar a ser prejudicada em investimento público.

Em particular, Fernando Marques elencou vários problemas relacionados com atrasos na construção de “obras importantes da rede viária”, como os IC9, IC3, IC8 ou IC36.

“Este governo é perito em fazer anúncios e em propaganda”, mas “nada existe de concreto”, afirmou Fernando Marques, que é também presidente da Câmara de Ansião.

Na sexta-feira, a lista de Fernando Marques ganhou as eleições para a Distrital com 1240 votos contra 54 da lista de Jorge Marques, obtendo uma vitória esmagadora para os órgãos do partido.

No entanto, as eleições não foram ainda homologadas já que a Concelhia de Óbidos não foi a votos por falta de cadernos eleitorais.

“Houve um problema mas que não influi em nada o resultado”, explicou Fernando Marques, que considera ter uma “maioria estável” que lhe permite liderar o partido para os próximos dois anos, em que terão lugar eleições autárquicas, legislativas e europeias.

No caso do distrito, “vamos acompanhar o processo das autárquicas” mas a “Comissão Política Distrital não tem que se sobrepor às Concelhias”, salientou Fernando Marques.

O actual presidente antecipou as eleições para sexta-feira e recandidatou-se ao cargo para garantir que seriam os mesmos órgãos a preparar os próximos escrutínios.

“Não fazia sentido que existissem eleições daqui a um ano, com pouco tempo para preparar as eleições”, justificou Fernando Marques. – **Fonte: PL, RTP**





Notícias de Lisboa

Empréstimo à Banca de 500 milhões, pedido por António Costa, pode ser ilegal e é, de certeza, um mau acto de administração, que pode ser reprovado pela Assembleia Municipal

Na hora de fecho do “Povo Livre”, o PSD/Lisboa manteve a intenção de chumbar na Assembleia Municipal de terça-feira (ontem) o empréstimo de 500 milhões de euros e vai apresentar uma proposta alternativa que prevê um empréstimo inferior e venda de património.

Em conferência de imprensa, o líder da distrital do PSD de Lisboa, Carlos Carreiras, afirmou que os sociais-democratas querem que a proposta do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, “baixe à comissão de finanças” da Assembleia Municipal e que o autarca socialista “inclua no orçamento de 2008” a proposta do PSD, acrescentando que “há margem para a discutir”.

“Se António Costa insistir em levar a proposta que tem, a nossa votação será contra”, avisou Carlos Carreiras, referindo que “a comissão política distrital do PSD irá recomendar aos deputados municipais disciplina de voto e quem não cumprir deve assumir a responsabilidade política”, nomeadamente “não estando disponível para concorrer nas próximas eleições autárquicas”.

A proposta alternativa à aprovada na semana passada pelo executivo camarário, que o PSD pretende apresentar terça-feira na Assembleia Municipal, prevê a contracção de um empréstimo de 143 milhões de euros para “pagamento imediato a todos os fornecedores com dívidas inferiores a três milhões de euros”.

A proposta prevê ainda a constituição de um “fundo de reestruturação municipal” com uma dotação de 357 milhões de euros - para o qual será contraído um outro empréstimo de 57 milhões de euros - a venda de património e participações da câmara até 250 milhões de euros, e um plano de poupança orçamental de 50 milhões de euros.

Carlos Carreiras defendeu que a proposta de empréstimo de 500 milhões de euros aprovada na semana passada pela maioria PS/BE viola a lei das finanças locais, que só permite um empréstimo de “285,2 milhões de euros” e tem praticamente garantida a “recusa de visto do Tribunal de Contas”.

Assim, os sociais-democratas consideram que adoptar o plano da maioria acabará por obrigar à formulação de “uma nova proposta e uma nova estratégia”, o que irá “adiar,



no mínimo em dez meses” o pagamento da dívida a todos os fornecedores.

“O que António Costa pode dizer de negativo [sobre a proposta do PSD] é que tem que fazer novo concurso público para o financiamento, o que não deverá demorar mais de um mês e é preferível” aos dez meses de atraso que o PSD prevê com a eventualidade de o TC chumbar a proposta da maioria, acrescentou.

Para o PSD, o plano de Costa “agrava substancialmente” a situação económica e financeira da autarquia e nem sequer “prevê pagar a totalidade do empréstimo” de 500 milhões pretendido.

Carlos Carreiras argumentou ainda que se todas as câmaras e regiões autónomas fizessem o mesmo, o endividamento bancário das autarquias “poderá crescer acima dos sete mil milhões de euros”.

“Por tão flagrante má aplicação da lei, ao Tribunal de Contas só resta chumbar esta proposta”, defendeu.

Em relação à possibilidade de António Costa se demitir e ter que haver novas eleições para a Câmara de Lisboa, Carlos Carreiras afirmou não acreditar em eleições antecipadas e

desvalorizou as declarações do presidente da câmara socialista, que “deu a entender mas nunca assumiu que se demitia”.

“O sr. presidente afirmou demitir-se caso o plano não seja aprovado, e com a recusa do Tribunal de Contas, também se demite?”, questionou Carlos Carreiras, que se apresentou na conferência de imprensa com o vereador social-democrata Fernando Negrão.

O PSD quer também saber qual a posição do presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, do ministro das Finanças e do primeiro-ministro sobre o plano defendido por António Costa.

Carlos Carreiras rejeitou responsabilidades do PSD na crise financeira da Câmara, afirmando que durante a gestão social-democrata, a autarquia teve receita maior que a despesa, reduziu a dívida à banca e conseguiu conter o crescimento da dívida corrente abaixo da inflação.

O problema das contas da Câmara, salienta o PSD, são “sucessivas políticas de desorçamentação nos últimos 20 anos”, o facto de a Câmara ter “substituído o governo central em investimentos públicos” e os “custos

associados à capitalidade”.

Além do empréstimo de 143 milhões de euros para pagar já a todos os fornecedores com dívidas inferiores a três milhões, o PSD defende acordos de pagamento com os 15 maiores credores privados: dez construtoras, a EDP, a PT/PT-Prime, a Securitas e a Petrol, a quem a Câmara deve 118,6 milhões de euros.

Em relação às empresas municipais, o PSD defende o pagamento das dívidas de 62,8 milhões, consolidando a dívida bancária e permitindo pagar aos fornecedores dessas empresas.

Quanto às empresas intermunicipais, o PSD pretende renegociar as dívidas, no valor de 36,5 milhões de euros, usando como critério a antiguidade dos saldos dos outros municípios associados.

Ao todo, do fundo de reestruturação de 357 milhões, cerca de 218 ficarão destinados às dívidas da Câmara, restando 140 milhões para “riscos e encargos que se venham a verificar”.

Carlos Carreiras reiterou que o PSD “quer pagar a todos os credores” e “não pode ser conivente com um plano irresponsável”, mas está

disponível para apoiar António Costa “de forma responsável na aplicação de medidas rigorosas na gestão municipal”.

PSD rejeita IMI proposto pelo PS acompanhado pelo PCP, os Verdes e o CDS

O PSD chumbou no dia 27, na Assembleia Municipal de Lisboa, a proposta do PS para fixar o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para prédios não avaliados no valor máximo de 0,8 por cento.

Os deputados do PSD exerceram a maioria absoluta de que dispõem na Assembleia Municipal para inviabilizar a proposta socialista, que já tinha sido aprovada em reunião do executivo municipal.

Votaram igualmente contra esta proposta o PCP, os Verdes e o CDS.

Segundo o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, o chumbo desta proposta representa uma diminuição de nove milhões de euros para as receitas do município.

Mantém-se assim a fixação do IMI em 0,7 por cento, para prédios não avaliados, e 0,4 por cento para prédios avaliados.

Os deputados municipais do PSD chumbaram igualmente a proposta socialista de elevar para o dobro o IMI de prédios que se encontram devolutos há mais de um ano.

O PSD na Assembleia Municipal acusou o conjunto de vereadores que formam a maioria relativa PS/BE na Câmara, de ter uma política de “show-off” mediático enquanto que os socialistas sublinharam as dificuldades financeiras do Município herdadas do anterior executivo social-democrata.

Saldanha Serra, acusa a maioria de levar a cabo uma «política de mero “show-off” mediático»

No debate sobre o “estado da cidade”, o líder da bancada social-democrata, Saldanha Serra, acusou a maioria liderada por António Costa na Câmara de levar a cabo uma “política de mero show-off mediático, em que dá continuidade a medidas que vinham já do mandato anterior”.

“Tem sido assim com a pintura de passeadeiras, tem sido assim com a limpeza de graffitis, tem sido assim com o combate às segundas filas, tem sido assim com a limpeza de ruas”, afirmou Saldanha Serra.

O deputado municipal classificou também de “incongruência política” que a maioria afirme que “quer um plano verde e, ainda ele não existe, já está a cortar-lhe uma área substancial, no parque da Bela Vista, para instalar o IPO [Instituto Português de Oncologia]”.

O líder da bancada social-democrata criticou ainda os “processos de dispensa de pessoas que trabalhavam para o Município sem as esclarecer devidamente sobre as razões dessas mesmas dispensas”.

Também a comissão distrital de Lisboa do PSD apresentou no dia 3, à tarde, uma proposta alternativa à contracção de um empréstimo de 500 milhões de euros por parte da Câmara de Lisboa destinado ao saneamento financeiro da autarquia.

Carlos Carreiras anunciou ainda uma reunião hoje à noite dos deputados municipais social-democratas, na sede da Assembleia Municipal de Lisboa, para decidirem o sentido de voto para a reunião de terça-feira da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a viabilização (ou não) do empréstimo pretendido pelos socialistas e pelo vereador do Bloco de Esquerda.

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, mostrou-se domingo “despreocupado” com os problemas

do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, que a semana passada admitiu a hipótese de se demitir caso os deputados municipais do PSD inviabilizassem o empréstimo de 500 milhões de euros a duas “tranches” - uma primeira de 360 milhões de euros e uma segunda de 140 milhões.

“Os autarcas do PSD irão dizer o que pensam desse assunto porque são responsáveis, também não temos medo nenhum de eleições antecipadas em lugar nenhum do país e não recebemos ameaças de ninguém”, sublinhou Luís Filipe Menezes, que falava em Angra do Heroísmo.

Por seu turno, o presidente da Câmara de Lisboa, que inicialmente apelou à oposição para que apresentasse propostas alternativas para o saneamento financeiro da

autarquia, disse sábado que já não era possível apresentar outras soluções para o pagamento de dívidas da autarquia, alegando que os dirigentes nacionais e distritais do PSD se têm pronunciado sobre aquela questão sem conhecimento da situação.

“Não é possível apresentar novas propostas sobre esta matéria. Foi aberto concurso, foi feita a negociação com a banca e nunca ninguém pôs em causa o montante. É inexplicável que isso aconteça agora”, referiu António Costa em declarações aos jornalistas à margem das comemorações oficiais do dia da Restauração. Para o presidente da autarquia de Lisboa, só a Câmara pode fazer propostas para saldar a dívida da Câmara.

- PL

Notícias de Braga

«Dolce Vita» paga Variante do Cavado. Prolongamento do túnel da Avenida Central, também pago por privados: Vereadores da Coligação querem conhecer as contrapartidas Municipais

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga anunciou, no decurso da última Assembleia Municipal, que o custo (de parte) da futura Variante do Cavado (que liga várias Freguesias suburbanas da Margem do Rio Cavado e é uma das vias estruturantes do Concelho para o futuro), no valor de 5 milhões de Euros, será integralmente suportado pelos promotores do futuro «Centro Comercial Dolce Vita», que já se encontra licenciado e se irá instalar numa zona envolvente ao traçado desta Variante, na Freguesia de Palmeira.

Na mesma ocasião, Mesquita Machado anunciou que também o custo de parte do prolongamento do Túnel da Avenida Central até à Rua do Raio, nomeadamente, a zona que vai desde o Teatro Circo até à Rua do Raio será suportado pela superfície comercial ligada às “Confecções Regojo Velasco” que se vai instalar no Quarteirão dos Correios.

Neste caso, uma vez que o Município inscreveu no seu Plano Plurianual de Investimentos uma verba de 2,2 Milhões de Euros a despender até 2009 com a parte que lhe toca desta intervenção (desde a actual saída do Túnel ao limite do Teatro Circo) é de supor que a entidade privada irá suportar um montante no mínimo equivalente com a sua parte desta requalificação urbana.

Confrontados, tal como todos os demais presentes, com estas informações, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” vêm a público expressar o seu profundo repúdio pela recorrente conduta do Presidente da Câmara Municipal de Braga de desprezar os membros da Oposição no Executivo Municipal, na medida em que se recusa a prestar, no local próprio, a informação que a sua função requer e que a própria legislação determina.

Ainda assim, esperam os Vereadores signatários poderem vir a congratular o Senhor Presidente da Câmara pela capacidade de sensibilização destes investidores privados, no sentido de contribuírem para o desenvolvimento do seu Concelho de acolhimento, *numa atitude de verdadeiro altruísmo empresarial e responsabilidade social que não terá merecido qualquer tipo de contrapartidas por parte da Autarquia Bracarense.*

Para o poderem fazer, terão os Vereadores da Coligação que confirmar junto da maioria socialista os termos em que tais acordos foram celebrados e consultar os documentos que os sustentam, de cariz protocolar ou contratual, o que irão solicitar de imediato.

Caso tal não seja possível, não restará aos Vereadores da Coligação qualquer alternativa que não seja a de participarem ao Ministério Público o estranho anúncio ontem efectuado, deixando para quem de direito a

avaliação da legalidade dos procedimentos e compromissos adoptados.

De notar que, quanto ao novo «Centro Comercial Dolce Vita», a Autarquia manteve a política seguida em relação a todas as demais médias e grandes superfícies comerciais, emitindo parecer favorável para a Comissão de Licenciamento Regional baseado apenas no cumprimento dos requisitos de enquadramento urbanístico.

Já quanto à nova superfície comercial do Quarteirão dos Correios, pressupõe-se que o projecto a licenciar terá mantido a mesma capacidade construtiva que constava do projecto inicialmente elaborado pelo Arquitecto Gonçalo Byrne, pelo que não se deve sentir a entidade promotora devedora de qualquer favor Municipal.

A este propósito, porém, questionaram os Vereadores da Oposição no final da reunião que discutiu as Opções do Plano para 2008, se a ênfase dada ao prolongamento do Túnel da Avenida, que Mesquita Machado classificou mesmo como “a obra do mandato” em entrevista à SIC vai para dois anos, serviria o interesse Municipal ou os interesses da superfície comercial que se irá instalar no Quarteirão dos Correios... - **Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Miguel Brito**

Notícias do Porto

O novo líder distrital propõe a reactivação das reuniões entre a comissão política distrital do PSD e o Partido Popular da Galiza

Marco António Costa venceu no sábado da semana anterior, as eleições para a distrital do PSD-Porto com cerca de 40 por cento dos votos expressos e realizou já a primeira reunião da comissão política eleita.

António Paulino, responsável pelo gabinete de comunicação da distrital do Porto adiantou à agência Lusa que, “do universo de 13.000 militantes com direito a voto, a lista única de Marco António Costa obteve cerca de cinco mil votos (cerca de 40 por cento), não chegando os brancos e os nulos a atingir os 200”.

A mesma fonte disse ainda que Marco António fez no dia útil seguinte às eleições a primeira reunião da comissão política distrital, tendo em vista “preparar um ‘forcing’ junto da direcção nacional do partido para provocar um referendo já em 2008 [a direcção nacional programava propõe para 2009]”.

A reunião servirá também para “programar um encontro com activistas sindicais do distrito, com vista à primeira reunião dos sindicalistas europeus, que decorrerá no Porto no primeiro trimestre do próximo ano, por causa do flagelo do



desemprego no Norte do país”.

Marco António Costa irá ainda propor a reactivação das reuniões entre a comissão política distrital do PSD e o Partido Popular da Galiza, para acolher alguma da experiência dos galegos no que respeita à formação política e autárquica das mulheres militantes.

“Precisamos de cerca de 2.000 mulheres para integrar listas nas próximas eleições autárquicas e por isso é fundamental promover mais

formação política e mais formação autárquica”, disse António Paulino.

Precisamente a participação de um elevado número e mulheres na vida político-partidária, a manutenção de elementos da actual direcção e a presença de militantes que nunca exerceram cargos partidários foram as principais características da lista que Marco António Costa apresentou para a distrital do PSD/Porto.

Com a eleição para a maior distrital social-democrata do país, Marco

António Costa, actual vice-presidente da Câmara Municipal de Gaia, regressa a um cargo que já ocupou entre 2002 e 2006, sucedendo, na altura, a Luís Filipe Menezes, que actualmente preside ao PSD.

Agostinho Branquinho ficará como presidente da mesa da assembleia e Sérgio Vieira como vice-presidente da estrutura distrital.

A lista proposta por Marco António Costa para a comissão política distrital inclui seis mulheres, entre as quais Maria da Trindade Vale, que será vice-presidente, mantendo dois elementos que transitam da actual direcção distrital.

Virgílio Macedo, actual tesoureiro, passa a secretário-geral, enquanto Nelson Cardoso assume o cargo de tesoureiro.

Vinte e quatro horas antes da eleição já Marco António Costa assumia o cargo de presidente da distrital para questionar o PS e o Governo sobre a insegurança na cidade do Porto, na sequência de um novo assassinio de um segurança da noite portuense, na madrugada de quinta-feira.

– Fonte: Lusa

Notícias de Portalegre

Líder da distrital acusa Governo de “nada fazer” pela região



O líder da distrital de Portalegre do PSD, Pedro Lancha, acusou o Governo de “nada fazer” pela região, considerando que o norte alentejano “é discriminado em relação ao resto do país.

“O distrito é discriminado em relação ao resto do país e os dois deputados socialistas eleitos por Portalegre não defendem a região, ou porque não lhes interessa, ou porque não têm sabido fazê-lo”, afirmou o dirigente social-democrata.

“A incapacidade e a falta de peso político, tanto dos deputados, como do Governador Civil e da própria Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA), leva-nos a esta situação de atraso”, sublinhou.

Em declarações à agência Lusa, o líder do PSD de Portalegre mostrou-se indignado com a política do actual Governo para a região, considerando que o novo quadro de fundos comunitários “coloca Portalegre à margem do desenvolvimento”.

“O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) é mais um bom exemplo de como somos discriminados, pois não estamos representados em nenhuma das unidades de gestão”, declarou.

Pedro Lancha exortou o governador civil de Portalegre, Jaime Estorninho, a “puxar pela região” e, quanto à AMNA, defendeu que a associação tem de conseguir “canalizar verbas para serem criadas sinergias entre todos os municípios”.

O PSD considerou ainda que o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) apresenta-se, no que toca ao norte alentejano, como “mais um indicador de que a região é ignorada pelo Governo socialista”.

“O PIDDAC está na mesma linha, é mais um indicador de como o PS ignora a região. Estamos mais uma vez, no que concerne à captação de verbas, na penúltima posição a nível nacional”, concluiu.

– Fontes: Lusa, PL, DN

XVII Congresso Regional dos Açores

Um total de 371 delegados elegeram os novos órgãos do PSD/Açores no XVII Congresso Regional do partido, que se iniciou sexta-feira e terminou sábado, com a presença do líder nacional, Luís Filipe Menezes.

O Congresso de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, decorreu depois das primeiras "directas" regionais que se realizam a 09 de Novembro e que reelegeram Carlos Costa Neves como líder do PSD/Açores.

Na altura, Costa Neves foi reeleito com 67,2 por cento dos votos, enquanto que Américo Natalino Viveiros, antigo secretário regional dos governos social-democratas, obteve 31,5 por cento.

O secretário-geral do PSD/Açores adiantou à agência Lusa que, nos dois dias do Congresso Regional, iriam ser apresentadas oito propostas temáticas - anteriormente designadas por moções sectoriais - subscritas por vários militantes.

Para Jorge Macedo, este "número significativo de propostas" representa "um passo em frente" e um "forte contributo para a reflexão interna" e preparação das eleições regionais de 2008 para o Parlamento açoriano.

"Este será um Congresso de reflexão, de muitas propostas e de festa, para marcar o arranque do partido rumo à vitória em 2008", afirmou Jorge Macedo, acrescentando que estão envolvidas 12 pessoas na sua organização, que decorreu numa unidade hoteleira em Ponta Delgada.

Segundo disse, a sessão de encerramento do primeiro congresso após a reeleição directa de Carlos Costa Neves está programada para o início da noite de sábado, com a presença de Luís Filipe Menezes.

Do total de 371 delegados ao Congresso, 211 foram eleitos nas nove ilhas dos Açores, enquanto que outros 121 estão presentes na reunião-magna por inerência.

O líder da bancada social-democrata no Parlamento açoriano é um dos militantes que apresenta ao Congresso uma proposta temática, denominada "O nosso futuro é o mundo", na qual identifica como áreas estruturais para o futuro das ilhas a aposta na investigação e promoção das energias renováveis.

Sublinhando que o futuro do arquipélago passa pela afirmação das suas capacidades no mundo, Clélio Meneses considera não ser aceitável que as potencialidades humanas açorianas "não sejam estimuladas no sentido de criarem clusters de conhecimento" em áreas como o Mar, Agricultura e Ambiente.

"O PSD deverá assumir como prioridade estratégica a assunção da investigação e produção de energias renováveis, ao contrário do que faz o actual poder socialistas", refere a



proposta, acrescentando que chegou o tempo do partido assumir um conjunto de propostas para vencer as regionais de 2008.

Com o título "Participação e Dinamismo", a proposta temática da JSD/Açores considera os jovens como "uma fonte de renovação de mentalidades", pelo que defende o fomento do diálogo entre gerações "numa mútua aprendizagem e aceitação de novos valores".

A extinção do cargo de Representante da República nas ilhas, a criação de um círculo eleitoral pelos Açores ao Parlamento Europeu, o insucesso escolar, a toxicod dependência e a desertificação de algumas ilhas e concelhos serão questões abordadas na proposta da JSD/Açores, cujo primeiro subscritor é o líder da estrutura, Cláudio Almeida.

Com o intuito de reforçar o seu peso e participação nos órgãos do partido, a JSD/Açores terá uma comitiva de 55 elementos, representativa das nove ilhas, presentes na reunião-magna do partido.

O XVII Congresso Regional

O PSD/Açores iniciou na sexta-feira o seu XVII Congresso Regional para escolher os novos órgãos do partido no arquipélago, na sequência das primeiras "directas" que reelegeram Costa Neves como líder dos social-democratas açorianos.

A pouco menos de um ano das eleições de Outubro de 2008 para o Parlamento açoriano, os 371 delegados ao Congresso do maior partido da oposição elegeram novos órgãos regionais e debateram as oito propostas

temáticas subscritas por vários militantes do partido.

A reunião-magna de Ponta Delgada decorreu até sábado, depois das primeiras "directas" regionais que se realizaram a 9 de Novembro e que reelegeram Carlos Costa Neves como líder do PSD/Açores.

Na altura, Costa Neves foi reeleito com 67,2 por cento dos votos, enquanto que Américo Natalino Viveiros, antigo secretário regional dos governos social-democratas, obteve 31,5 por cento.

Recentemente, Carlos Costa Neves adiantou à agência Lusa que pretende promover a renovação na Comissão Política Regional (CPR), para lhe acrescentar operacionalidade a pensar nas eleições regionais de 2008.

"Temos de lhe acrescentar a operacionalidade, a um ano de eleições. Mais facilidade para reunir, pessoas preparadas para abordar os vários sectores, porque eu quero que a CPR funcione como Governo alternativo. Isto obriga a outro tipo de escolha", afirmou o líder dos social-democratas do arquipélago.

O Congresso Regional do PSD/Açores encerrou sábado à noite com a presença do líder nacional, Luís Filipe Menezes.

Costa Neves no Congresso

O líder do PSD/Açores afirmou na abertura do Congresso, que se candidata a presidente do governo regional nas eleições do próximo ano, porque não se conforma com o facto dos Açores estarem "sempre em último" lugar em diversos indicadores de desenvolvimento, garantindo que

pretende proporcionar aos açorianos "a vida nova a que têm direito".

"Não me conformo a ver os Açores sempre em último e é por isso que me candidato a presidente do governo nas eleições. Não posso resignar-me à vil tristeza do presente e não me acomodo a ver os Açores parados no tempo. Enquanto os outros vão para a frente, nós estamos a andar para trás", disse Costa Neves, na sessão de abertura do XVII Congresso do PSD/Açores, em Ponta Delgada.

O líder social-democrata salientou que os Açores estão "cada vez mais longe das médias europeias" e acrescentou que essa a razão porque propõe "outras políticas e outro método para ter os resultados que os socialistas não têm".

Costa Neves assegurou que um governo do PSD/Açores vai alcançar resultados que se "vão traduzir na competitividade e crescimento da economia, no rendimento das pessoas, na melhoria das condições de vida das famílias e permitir o efectivo apoio aos que mais precisam".

"É por isso que sou candidato a presidente do governo, para proporcionar aos açorianos a vida nova a que têm direito", garantiu.

O líder social-democrata revelou também aos congressistas que este foi o seu "último discurso de oposição", já que sábado tencionava apresentar o "discurso da alternativa" à governação socialista.

O presidente do PSD/Açores anunciou, ainda, a apresentação de listas unitárias para todos os órgãos do partido.

"Faço questão de trazer e envolver todos os militantes", afirmou.

O líder nacional do PSD, Luís Filipe Menezes, encerrou, no Sábado, o Congresso Regional dos sociais-democratas açorianos, em Ponta Delgada, na sequência da reeleição de Costa Neves como presidente do partido nas ilhas.

A 9 de Novembro, Carlos Costa Neves foi reeleito líder do PSD/Açores nas primeiras eleições directas regionais, em que defrontou Américo Natalino Viveiros, um antigo secretário regional nos governos social-democratas.

A sessão de encerramento do XVII Congresso Regional começou às 20:30 locais (21:30 de Lisboa), com a intervenção do líder nacional, Luís Filipe Menezes, e do líder regional, Carlos Costa Neves.

A reunião-magna dos social-democratas açoriano decorreu a menos de um ano das eleições regionais para o Parlamento açoriano, que se vão realizar em Outubro de 2008.

Costa Neves, anunciou a apresentação ao Congresso Regional, de listas unitárias para todos os órgãos do partido no Arquipélago.

“Posso anunciar que vamos ter listas unitárias para todos os órgãos do partido”, afirmou o presidente dos sociais-democratas açorianos, ao salientar que isto resulta das conversações que manteve com Américo Natalino Viveiros, seu opositor nas eleições directas de 9 de Novembro.

Nesta altura, Costa Neves foi reeleito líder do PSD/Açores nas primeiras “directas” do partido no Arquipélago, com 67 por cento dos votos, enquanto que Américo Natalino Viveiros obteve 31,5 por cento.

Na abertura do XVII Congresso Regional, o líder do PSD/Açores salientou que parte para esta reunião-magna com dois propósitos, que



passam por fortalecer o partido e de ganhar as eleições de 2008 para o Parlamento açoriano.

Para atingir o primeiro objectivo, Costa Neves adiantou que, nas últimas semanas, trabalhou para “envolver todos” os militantes no seu projecto.

“Em todos os órgãos do partido estarão militantes do PSD empenhados em mudar a situação de marasmo em que vive a Região”, garantiu o líder do PSD/Açores perante os cerca de 370 delgados ao Congresso.

Dirigindo-se a Américo Natalino Viveiros, antigo secretário regional nos governos sociais-democratas, Costa Neves salientou que se trata de um “companheiro muito querido”, que mostrou um “comportamento exemplar” no processo das “directas” a que concorreu.

No início dos trabalhos do Congresso, que terminou sábado, Costa Neves anunciou a criação de uma comissão instaladora para os Autarcas Sociais-Democratas, uma estrutura do partido que deve “funcionar normalmente”.

Esta comissão instaladora será presidida por Francisco Álvares, presidente da Câmara Municipal da Povoação, disse Costa Neves, ao anunciar que Luís Bastos vai presidir ao Gabinete de Estudos do PSD/Açores.

Para a Comissão Política Regional, eleita sábado, o presidente dos sociais-democratas açorianos reafirmou que pretende que seja um “Governo alternativo”, com a renovação a cargo de pessoas com “experiências diversas” ao nível político.

Quanto às estruturas intermédias, Costa Neves defendeu que as comissões políticas de ilha e concelhias devem apresentar um reforço da sua operacionalidade a pouco menos de um ano das eleições regionais de 2008.

Perante os congressistas, Costa Neves salientou que este foi o seu “último discurso de oposição”, alegando que sábado pretende apresentar aos militantes o “discurso da alternativa” à governação socialista nos Açores.

Num discurso com muitas críticas ao Governo Regional liderado por

Carlos César, o presidente do PSD/Açores considerou que a Região “não tem mais dinheiro nem tempo a perder”, razão pela qual defendeu uma mudança já em 2008.

“Não me conformo de ver os Açores sempre em último e, por isso, sou candidato às eleições regionais de 2008”, disse Carlos Costa Neves.

Depois de admitir que, em 1996, “houve esperança nos açorianos” com um Governo socialista, o líder do PSD/Açores acusou o executivo de Carlos César de ter falhado em áreas, como os transportes, saúde, economia e na convergência com os níveis de desenvolvimento da União Europeia.

A nova Comissão Política Regional do PSD/Açores, que será hoje eleita em Congresso, reduziu as vice-presidências de seis para três lugares, assumidos por Berta Cabral, António Marinho e José Manuel Bolieiro.

CPR do PSD/Açores integra oito novos nomes, na sequência da renovação anunciada pelo líder do partido nas ilhas, Carlos Costa Neves.

Mantêm-se nas vice-presidências Berta Cabral, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, e António Marinho, deputado regional, enquanto que o terceiro lugar será assegurado por José Manuel Bolieiro, parlamentar social-democrata e, até agora, responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD/Açores.

Para a CPR, composta por 19 elementos, incluindo o líder do partido na Região, entram Luís Garcia (ilha do Faial), Francisco Pimentel, dirigente sindical, Pedro Nascimento Cabral, até agora presidente do Conselho Jurisdição Regional, Alexandre Gaudêncio (JSD/Açores), Paulo Ribeiro (dirigente do PSD da Praia da Vitória), Joaquim Machado e Rui Menezes.

Jorge Macedo vai manter-se como secretário-geral do PSD/Açores.

O XVII Congresso Regional do PSD/Açores terminou com a presença de Luís Filipe Menezes, depois de votadas as oito propostas temáticas em debate e de eleitos os novos órgãos regionais.

Declarações de Ribau Esteves

O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, afirmou que fazer oposição em Portugal “é mais difícil do que nunca”, alegando que isto se deve a um “poder socialista avassalador” no país.

“Temos de ter consciência que, em Portugal, hoje, ser oposição é mais difícil do que nunca”, disse o dirigente social-democrata, no Congresso Regional do PSD/Açores.

Segundo Ribau Esteves, José Sócrates, primeiro-ministro, e Carlos César, presidente do Governo Regional socialista, consideram que “quase é pecado nacional hoje ser oposição”.

O secretário-geral do PSD destacou, ainda, a “cena inacreditável” na Câmara Municipal de Lisboa, ao ironizar que o presidente da autarquia, o socialista António Costa, “quer fazer uma operação notável de,



instantaneamente, provocar o equilíbrio financeiro”.

“Quando sentiu que há gente que pensa de forma diferente em relação ao instrumento que ele quer usar, aqui vem ele, ofendidíssimo, dizer que vai tudo por água abaixo e que vamos para eleições antecipadas”, criticou Ribau Esteves, uma situação que considerou ser o “cúmulo do que se vive do país”.

Perante isso, o PSD tem de mostrar uma reacção de “alegria determinada de ser oposição”, disse o secretário-geral do PSD, para quem, se o partido desempenhar bem esta função, vai “conseguir cumprir bem o objectivo de se constituir como uma alternativa credível” à governação socialista.

Berta Cabral e a autonomia açoriana

No segundo dia do Congresso Regional, a vice-presidente do partido nas ilhas, Berta Cabral, defendeu que o PSD/Açores necessita de reflectir a autonomia e que o “alvo” terá de ser os açorianos, em contraponto à “atitude paternalista” da governação socialista.

Num discurso crítico para o Governo Regional, a presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada alegou que os “açorianos estão fartos dos mesmos protagonistas” e de quem se “julga dono dos Açores”.

Acusou o vice-presidente do executivo socialista de “desonestidade intelectual” ao referir que os Açores tinham recuperado 19 pontos do PIB em relação à média europeia, entre 1996 e 2006.

Segundo Berta Cabral, esta recuperação fez-se por via administrativa, uma vez o Governo comparou uma União Europeia a 15 países em 2006, para os “27” que integram, actualmente, a União.

A média do PIB europeu baixou porque os “países que integraram a União Europeia são muito mais pobres do que Portugal”, alegou a dirigente social-democrata, num dos discursos mais aplaudidos da manhã.

Costa Neves compromete-se a extinguir sociedades anónimas criadas pelo governo

O líder do PSD/Açores garantiu sábado à noite que vai extinguir cerca de 20 sociedades anónimas criadas pela governação socialista, caso seja eleito a presidente do governo regional em 2008.

“Comprometo-me a extinguir as mais de 20 entidades designadas por sociedades anónimas que, sem qual qualquer tipo de receita e despesa e, muitas vezes sem qualquer tipo de actividade, foram criadas pelos socialistas para camuflar o endividamento da Região”, afirmou Costa Neves, em Ponta Delgada, na sessão de encerramento do XVII congresso regional do partido.

Discursando perante cerca de 370 congressistas, o líder social-democrata

elegeram como “objectivo essencial” a convergência dos Açores com as médias de desenvolvimento portuguesas e da União Europeia, alegando que só assim se garante melhor emprego, mais justiça social e condições de vida para os açorianos.

Costa Neves comprometeu-se, igualmente, a lançar um novo quadro de cooperação com as autarquias e a criar um fundo de apoio a pequenas iniciativas das juntas de freguesia.

O presidente do PSD/Açores referiu, também, que um governo regional das responsabilidades dos social-democratas, vai implementar “programas específicos” de recuperação do desenvolvimento “para cada uma das ilhas”, com o objectivo de fixar os jovens e os técnicos especializados.

O líder social-democrata considerou que o PSD se constituiu como “alternativa e está em condições

de assegurar a mudança necessária” nos Açores, dado que o governo de Carlos César é o “incompetente e incapaz desde 1976”.

No final do congresso, Costa Neves recebeu o apoio do líder nacional do partido, Luís Filipe Menezes, o qual defendeu que “só há um resultado possível” para o partido em 2008, vencer “confortavelmente as eleições regionais”.

– Fontes: PL, Lusa, RDP

Notícias de Setúbal

Bruno Vitorino reeleito presidente da Distrital

Bruno Vitorino foi reeleito presidente da Comissão Política Distrital de Setúbal com 53 por cento dos votos, tendo conquistado sete das treze secções do distrito, nas eleições mais participadas de sempre, em que votaram mais de 1.600 militantes.

Segundo revelou Lusa fonte partidária, a lista de Bruno Vitorino garantiu também a eleição da antiga Governadora Civil de Setúbal, Maria das Mercês Borges, para Presidente da Mesa da Assembleia da Distrital, e de João Afonso para Presidente do Conselho de Jurisdição.

A candidatura de Luís Rodrigues, apoiada por Fernando Negrão e pelo antigo governador civil de Setúbal, Domingos Almeida Lima, obteve apenas 47 por cento dos votos.

O reeleito presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Setúbal, Bruno Vitorino, pediu eleições antecipadas no passado mês de Outubro com o objectivo de “clarificar a situação interna do partido”.

A decisão de Bruno Vitorino de provocar a realização de eleições antecipadas surgiu na sequência das críticas que lhe foram dirigidas pelos dirigentes de várias concelhias, entre outros aspectos, por ter aceite o cargo de vereador a tempo inteiro na Câmara do Barreiro, de maioria CDU.

– Fonte: Lusa



Notícias de Loures

Homenagem a Sá Carneiro, figura impar na democracia portuguesa



Os Presidentes das Comissões Políticas da Secção de Loures do PSD, Victor Santos, e da JSD Diogo Santos, convidaram todos os militantes e simpatizantes, para participar no DEBATE sobre Análise da Situação Política Nacional e Homenagem a Francisco Sá Carneiro, com a presença do Dr. PAULO RANGEL-DEPUTADO PELO CIRCULO DO PORTO, a realizar no dia 6 de Dezembro, 5a feira, às 21H30, na Secção de Loures, sede, no Largo Tristão Vaz Teixeira n.º 5 C Parque Residencial do Almirante, Santo António dos Cavaleiros. – CPS/PSD-Loures



ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes, para reunir em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, no dia 18 de Janeiro de 2008, a partir das 18h00, na sede do Partido, no Centro Comercial Norte Vez (cave), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia Concelhia;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para o efeito a sede encontra-se aberta das 22h00 às 24h00.

As candidaturas deverão obedecer ao disposto no artigo 4º do Regulamento Eleitoral do PSD.

A votação decorrerá entre as 18h00 e as 22h00.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 13 de Dezembro (sexta-feira), pelas 21:00, na Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Plano de Actividades e Orçamento/2008
2. Análise da situação política
3. Informações

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 17 de Dezembro de 2007, (segunda-feira) pelas 21 horas, na sede do Partido, na Rua 31 de Janeiro, nº11, em Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária;
3. Análise do Orçamento de Estado para 2008;
4. Discussão e aprovação do orçamento da CPS de Esposende para 2008;
5. Outros assuntos de interesse.

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se para o próximo dia 11 de Janeiro de 2008, 6º feira, na sede do PSD na

Marinha Grande, sita na Av. 1º de Maio, nº 72, das 20h00 às 24h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Dezembro de 2007 (5º feira), pelas 21h00, na nossa sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4 r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

NÚCLEO DE CAMPANHA (CPS PORTO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes do Núcleo de Campanha do PSD da Secção do Porto, para reunir, no próximo dia 11 de Janeiro de 2008, pelas 18h00, na sede do PSD, sito à Rua Guerra Junqueiro, nº 64, Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Campanha da Secção do PSD Porto.

Nota: As eleições decorrerão em sistema de urna aberta, entre as 18h00 e as 23h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede do PSD Porto, na morada indicada na convocatória.

NÚCLEO DO ESTORIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo Residencial do PSD Estoril, que se realiza, a 19 de Janeiro de 2008, das 19h00 às 22h00, na sede do PSD de Cascais, Largo da Estação, nº 4 – 1-Cascais, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo Residencial do PSD

Nota: As listas concorrentes devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE LEÇA DO BALIO (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política de Secção de Matosinhos, a abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a eleição para a Comissão Política do Núcleo do PSD de Leça do Balio, para o próximo dia 18 de Janeiro de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de

Albuquerque, 98, na Freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes à eleição devem ser entregues até às 24h00 do dia 15 de Janeiro de 2008, no local da realização das eleições.

NÚCLEO DE PERAFITA (CPS MATOSINHOS)

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política de Secção de Matosinhos, a abrigo do disposto nos Estatutos do PSD, convoca a eleição para a Comissão Política do Núcleo do PSD de Perafita, para o próximo dia 18 de Janeiro de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, na Freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes à eleição devem ser entregues até às 24h00 do dia 15 de Janeiro de 2008, no local da realização das eleições.

NÚCLEO DE SÃO PAIO DE OLEIROS (S.M. Feira)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de S.Paio de Oleiros, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 25 de Janeiro de 2008, a realizar no Salão Nobre da Junta de Freguesia de S. Paio de Oleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo

Nota: A votação decorrerá entre as 21h00 e as 23h00 do dia 25 de Janeiro de 2008

As listas de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, na Rua Manuel Pinto Barbosa, casa nº 26, S. Paio de Oleiros, até às 24h00 do dia 22 de Janeiro de 2008.

As listas candidatas, as respectivas proposituras, bem como, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos Nacionais do PSD e o Regulamento Eleitoral.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção do Porto, para reunir, no próximo dia 11 de Janeiro de 2008, pelas 18h00, na sede do PSD, sita à Rua Guerra Junqueiro, nº 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de militantes e da Comissão Política do PSD do Porto.

Nota: As eleições decorrerão em sistema de urna aberta, entre as 18h00 e as 23h00.

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior

ao acto eleitoral, na sede do PSD Porto, na morada indicada na convocatória.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir extraordinariamente no próximo dia 4 de Janeiro de 2008 (sexta-feira), a partir das 21h00, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 9 de Abril, nº1 – 3º andar, Torres Vedras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Aprovação do Relatório de Contas de 2007;

Ponto dois: Análise da situação política;

Ponto três: Outros assuntos



Conselho Distrital da JSD Porto

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD do Porto, para reunir no dia 5 de Janeiro de 2008, pelas 21.30 horas, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, sito na Avenida Dr. Artur Cunha Araújo, 12 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleição dos Delegados da JSD à Assembleia Distrital do PSD Porto;
3. Análise da situação política

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD do Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos;

b) As urnas estarão abertas entre as 22.00H e as 23.00Horas

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(André Cardoso)

CPS Penafiel

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Penafiel, para reunir no próximo dia 4 de Janeiro de 2008 (Sexta-Feira), pelas 21H30, na sede do PSD/Penafiel, sita na Rua "O Penafidense", nº9-1º Dtº, em Penafiel, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos

O Presidente do Plenário da JSD de Penafiel

(Agostinho Soares)